

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

TAMIRES DE SOUZA VIANA

**A EXPERIÊNCIA DE UM REFUGIADO:
DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO**

**SÃO PAULO
2023**

TAMIRES DE SOUZA VIANA

**A EXPERIÊNCIA DE UM REFUGIADO:
DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO**

(versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho.

SÃO PAULO
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catlogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Souza Viana, Tamires

A experiência de um refugiado: enraizamento e desenraizamento / Tamires de Souza Viana; orientador José Moura Gonçalves Filho. -- São Paulo, 2023.

98f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Refúgio. 2. Desenraizamento. 3. Enraizamento. 4. Humilhação Social. 5. Comunidade. I. Moura Gonçalves Filho, José, orient. II. Título.

TAMIRES DE SOUZA VIANA

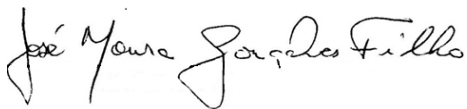
**A EXPERIÊNCIA DE UM REFUGIADO:
DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho / Orientador – Presidente da Banca



Profa. Dra. Mariana Luciano Afonso

Universidade da Cidade de São Paulo - UNICID

Profa. Dra. Cristiane Izumi Nakagawa

Pós-Doc Instituto de Psicologia – USP

Dedico este trabalho à minha mãe,
responsável pelos primeiros passos que me
possibilitaram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas em situação de refúgio com as quais, neste percurso, tive valiosas trocas. Foi nesse primeiro contato que este estudo começou a ser pensado e teve, então, seus caminhos definidos.

Ao Carlos que gentilmente contou sua história e emprestou-nos sua voz para que esse trabalho fosse possível.

À Juliana, amiga querida que dividiu comigo parte do caminho de pesquisa e, mais tarde, me apresentou Carlos.

Ao Instituto Adus, em nome da coordenadora Laura.

Aos queridos Constance, Prudence e Shakiru que, de diferentes formas, me ajudaram no percurso até o depoimento final.

Ao Zeca, meu orientador, pela aposta, pelo cuidado, por me acolher e incentivar.

Ao Bernardo Svartman e à Mariana Afonso por todas as importantes e sensíveis contribuições no exame de qualificação.

À Cristiane Nakagawa e, mais uma vez à Mariana Afonso, por aceitarem compor a banca de defesa. Desde cedo o trabalho de ambas contribuiu para a feitura da minha própria pesquisa.

Ao meu pai e à minha irmã, meus esteios.

Às minhas amigas de ontem e hoje, fiéis depositárias de alegrias e angústias cotidianas.

Ao meu companheiro, pelo amor que me dedica.

À minha família, por fazer parte de quem sou.

Às professoras e aos professores que cultivaram em mim o interesse pelo que eu ainda não conhecia.

Ao grupo de orientação, pelas trocas significativas. Em especial ao Douglas, por suas valiosas contribuições a este trabalho.

Às funcionárias do PST, pelo auxílio com as questões burocráticas.

Ao Psia, meu primeiro grupo na USP, por me aproximar do desejo de pesquisa.

À Capes, por financiar esta pesquisa.

*Teu deus é judeu, tua música é negra, teu
carro é japonês, tua pizza é italiana, teu gás
é argelino, teu café é brasileiro, tua
democracia é grega, teus números são
árabes, tuas letras são latinas.
Eu sou teu vizinho. E tu dizes que o
estrangeiro sou eu?*

Eduardo Galeano

O estrangeiro, afinal, somos nós

Julia Kristeva

RESUMO

VIANA, T. S. *A experiência de um refugiado: desenraizamento e enraizamento*. 2023. 98f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo 2022.

I) Violência, governos arbitrários, instabilidade política, conflitos armados, perseguição religiosa, crise econômica e miséria, são exemplos do que a generalizada violação dos direitos humanos é capaz. Dados do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apontam que, até o final de 2021 cerca de 89,3 milhões de pessoas estavam em situação de deslocamento forçado no mundo. Nos últimos anos, o problema do refúgio tem tomado proporções cada vez maiores devido à dimensão dos fluxos migratórios e, nessa conjuntura, o Brasil tem sido o destino de muitas pessoas que se veem obrigadas a migrar. Apesar de sermos um país visto como plural e acolhedor, não asseguramos abraçar e conviver com as diferenças; os antagonismos de classe, associados a outros antagonismos de grupos, assinalam as persistentes relações de dominação entre nós. Um refugiado, forçado a abandonar seu país por ameaças contra sua *vida* (noção que será empregada no sentido, sobretudo, econômico e biológico) e contra sua *dignidade* (no sentido ético e político) irá, no Brasil, inserir-se noutras situações ameaçadoras mais do que apenas encontrar abrigo material e moral. Se não dispuser de fundos rentistas ou privilégios de classe e de mando, dependerá de uma proteção que não é trazida: a proteção de uma comunidade, de uma rede de trocas, da participação social igualitária, de políticas públicas de benefício universal, abertas às pessoas todas, nativas e estrangeiras. **II)** Dessa forma, com apoio da narrativa de um refugiado, este estudo se propôs analisar traços psicossociais ligados à experiência do refúgio e avaliá-los enquanto fatores de desenraizamento e enraizamento. **III)** Estes traços foram retirados de narrativas dos próprios refugiados (narrativas guardadas de várias pequenas conversas e, posteriormente, registradas de uma longa entrevista semiaberta). A entrevista foi estruturada de forma a colher lembranças e memórias, mais do que opiniões. **IV)** Esta pesquisa está composta primeiramente por 1) um breve apanhado teórico pensado a partir do contato com os refugiados, cujo desenvolvimento baseou-se em autores como Hannah Arendt, Simone Weil, Ecléa Bosi, Gonçalves Filho, Achille Mbembe, Kabengele Munanga, Lilia Schwarcz e Zygmunt Bauman; e, finalmente, pela 2) análise da narrativa de nosso depoente, orientada por estudos de memória em Psicologia Social e elaborada em conjunto com estes autores. **V)** Da interpretação do depoimento emergiram questões que sintetizam nossos resultados: a) o refúgio é fundamentalmente político; b) o nível de desenraizamento pode ser reduzido quanto maior a participação do sujeito em seu deslocamento; c) o país destino não é apenas sinônimo de colo; d) o refugiado negro está em dupla condição de rebaixamento; e) no refúgio a errância é também psicológica; f) o presente e o futuro têm suas raízes no passado e são mediados pela memória e g) apenas em comunidade, através da participação efetiva, o refugiado poderá enraizar-se em novo solo. **VI)** Esta investigação assumiu caráter piloto, pretendendo ser continuada em regime de doutorado, onde contará então com outros depoentes, além de hipóteses, instrumentos e método testados.

Palavras-chave: Refúgio. Humilhação Social. Desenraizamento. Enraizamento. Comunidade.

ABSTRACT

VIANA, T. S. *The experience of a refugee: uprooting and rooting*. 2023. 98f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo 2022.

I) Violence, arbitrary governments, political instability, armed conflicts, religious persecution, economic crisis and misery are examples of what the generalized violation of human rights is capable of. Data from the United Nations High Commission for Refugees (UNHCR) show that about 89.3 million people were in situation of forced displacement in 2021. In the past years, the refugee problem has been increasing significantly due to the dimension of migratory flows, where people see no other option but to migrate. Although Brazil is considered as a plural and welcoming country, its population don't really embrace the differences; the class antagonisms, associated to other group antagonisms, point the persistent power dynamics in the relationships. In Brazil, a refugee, forced to leave their country due to threats against their lives (notion that will be treated mainly in the economic and biologic sense) and against their dignity (in the ethical and political sense), will find themselves in other threatening situations, rather than only find material and moral shelter. If there are no income sources or class privileges, they will depend on a protection that it is not assured: the protection of the community, the exchange network, the equitable social participation and of public policies of universal benefits, open to all, natives and foreigners. **II)** Therefore, based on a refugee's narrative, this research aims to analyse the psychosocial traits linked to the experience of the refuge and evaluate them as factors of uprooting and rooting. **III)** These traits were taken from the narratives of the refugees themselves (narratives of short conversations and, later on, recorded on semi structured interviews). **IV)** This research is composed primarily of 1) a brief theoretical section conceived from the contact with the refugees, and developed based on authors like Hannah Arendt, Simone Weil, Ecléa Bosi, Gonçalves Filho, Achille Mbembe, Kabengele Munanga, Lilia Schwarcz and Zygmunt Bauman; and finally, by the 2) analysis of the narrative of the deponent, also elaborated in conjunction with the authors. **V)** From the interpretation of the interview, the emerged issues that summarize our results are: a) the refuge is fundamentally political; b) the level of uprooting can be reduced according to the level of participation of the subject in their displacement; c) the country of destination is not only a shelter; d) the black refugee is in a double condition of relegation; e) in the refuge, the wandering is also psychological; f) the present and the future are mediated through memory and g) only within a community, with effective participation, the refugee will be able to root in the new country. **VI)** This investigation assumed a pilot nature, intended to be continued in a doctoral research, where it will count on other deponents, besides of hypothesis, instruments and tested methods.

Palavras-chave: Refuge. Social Humiliation. Uprooting. Rooting. Community.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. REFÚGIO, DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO	20
<i>Refúgio em Números e Alguns Desdobramentos</i>	20
<i>O Estrangeiro: Aspectos Políticos e Psicológicos</i>	25
<i>Dominação e Violência</i>	30
<i>Racismo à Brasileira</i>	36
<i>Comunidade e Enraizamento</i>	42
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	47
<i>Justificativa</i>	47
<i>O Modelo da Pesquisa</i>	48
<i>Objetivos</i>	50
<i>Procedimentos Éticos</i>	50
<i>Ambiente e Participantes</i>	51
<i>Coleta de Dados</i>	51
<i>Instrumentos e Materiais</i>	52
<i>Hipóteses Consolidadas</i>	54
<i>Análise de Dados</i>	56
4. A EXPERIÊNCIA DE UM REFUGIADO: DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO	59
4.1. <i>Dos Caminhos Para a Entrevista</i>	59
4.2. <i>A História de Carlos</i>	61
<i>Venezuela</i>	61
<i>Brasil!</i>	64
<i>As doenças do Brasil</i>	66
<i>O inferno são os outros</i>	70
<i>Doente de saudade</i>	73
<i>O paraíso são os outros</i>	76
<i>O bairro possível</i>	79
<i>Raízes, heranças da alma</i>	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
<i>Das raízes de mim...</i>	89
6. REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	96

1. APRESENTAÇÃO

Em uma reunião de orientação, me foi sugerida a importância de conduzir o leitor por um breve passeio pelos caminhos percorridos por mim até a definição do tema que será desenvolvido nas próximas páginas. De início houve certo desconforto e pensei que não deveria expor questões pessoais em uma investigação acadêmica. Mais tarde, no exercício da escrita do que fora indicado, entendi que meu percurso é parte indissociável desta pesquisa.

Em 2015, recém-saída da Universidade, escolhi a psicologia hospitalar como área de atuação e por dois anos fui psicóloga residente do SUS em um hospital ligado à Universidade Federal do Pará. Desde aí, foi nascendo o sentimento de que meu trabalho seria trilhado no serviço público e que, mesmo no hospital, tinha muito da psicologia social no que eu fazia. Mais tarde, em 2017, tive a oportunidade de trabalhar em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Os CREAS atendem populações vulneráveis que lidam com grave violação de direitos tais como violência doméstica e abuso sexual infantil, por exemplo. Apesar de eu gostar do que fazia, era um trabalho que me machucava muito e ultrapassava alguns limites em mim. Somado a isso, as condições precárias de trabalho e a baixíssima remuneração me fizeram recalcular a rota, depois de alguns meses pedi demissão e decidi vir morar em São Paulo.

Nascida em Belém do Pará, fui criada numa cidade da região metropolitana de Belém, mas nunca havia morado em outro Estado. Sempre estive muito próxima de tudo aquilo que cresci conhecendo. Sem planos concretos, não saberia dizer precisamente em busca de quê vim. Desde sempre o encantamento pela cidade caminhou lado a lado de certa estranheza. Os limites da minha cidade a gente vê: depois de algum chão, acaba em rio. Já São Paulo parece não ter fim. Procurando perfazer meus próprios contornos aqui, no início de 2018, ainda desempregada, iniciei o voluntariado no Instituto Adus.

O Adus é uma Organização Não Governamental (ONG) que funciona em uma sede administrativa e oferece, por meio dos serviços prestados, a possibilidade de inserção das pessoas em situação de refúgio à sociedade brasileira através, principalmente, de medidas para a reinserção no mercado de trabalho. *Adus* é um neologismo derivado por redução do original *aditus*,

substantivo latino que designa *entrada, acesso, passagem*. A redução foi livremente praticada pelos fundadores e ilustra o que o Instituto promove: integração, no sentido forte da palavra. Mesmo aqueles que não encontram emprego tão logo, descobrem antes a possibilidade de forjar outras conexões; marcadamente diferente da dinâmica por vezes expulsiva encontrada em outros ambientes fora dali.

O instituto foi fundado em 2010 e desde o seu início enfrenta diversos entraves financeiros. Nem sempre contou com espaço físico estruturado e hoje localizado na Avenida São João, centro histórico da cidade, só consegue manter-se ali no coração de São Paulo porque o prédio pertence à prefeitura e, dado o caráter de interesse público do serviço prestado, o aluguel não é cobrado. Atualmente, através de incessantes projetos para angariar fundos, consegue, não sem dificuldade, pagar salário a alguns poucos cargos de coordenação e os demais funcionários atuam todos em regime de voluntariado. Tal dinâmica contribui para a alta rotatividade do quadro de colaboradores e implica em fluxos carentes de consolidação, já que a todo tempo há novos voluntários ainda aprendendo sobre o funcionamento da sede.

Mesmo num cenário complicado, o Adus segue oferecendo gratuitamente aos refugiados vários serviços imprescindíveis: cursos de língua portuguesa aos recém-chegados que não dominam o idioma; orientação jurídica para a emissão de documentos brasileiros e para a solicitação do reconhecimento da condição de refugiado no país; produção e impressão de currículos; capacitação para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro; e, por fim, candidatura a vagas de emprego em empresas parceiras do Instituto e comprometidas com a causa do refúgio. As vagas são todas filtradas, sendo oferecidas somente aquelas dentro de regimes trabalhistas previstos em lei.

Não foram poucas as vezes que atendi ligações com ofertas generosas e bem intencionadas de trabalho em condição análogo à escravidão: horário integral e sem folga em troca de teto e comida. Sabe-se lá que teto e que comida, mas era sempre “de coração” e isso, aparentemente, bastava para justificar o absurdo. Trabalhando lá pude confirmar que pessoas em situação de vulnerabilidade são frequentemente postas em condição de maior fragilidade sob a alegação de que qualquer ajuda é ajuda, desconsiderando direitos humanos fundamentais.

Além dos serviços mencionados, o Adus é responsável ainda pelo projeto “Nós, o Mundo”, uma escola intercultural de idiomas onde professores refugiados ministram aulas de inglês, francês e espanhol. A iniciativa garante renda aos professores e permite aos brasileiros a aprendizagem do idioma com um nativo, além de possibilitar valiosas trocas culturais.

Sem conhecer nada, achei o Adus na internet, garimpando dentre os meus interesses, possíveis lugares para atuar. Foi indo pra lá que tive minha primeira obrigação rotineira, cumprindo o mesmo horário e o mesmo caminho em certo dia da semana. Ao atender recém-chegados que me questionavam sobre a cidade, inúmeras vezes me vi respondendo “não sei, também não sou daqui”. Foi então que comecei a conhecer São Paulo: com os estrangeiros. No centro, conheci restaurantes africanos e árabes. Virei fã do shawarma do Aboud. Meu primeiro aniversário na cidade foi comemorado no Al Janiah, um espaço cultural palestino. Depois do expediente sempre ia à galeria africana ou ao Le Petit Village. Foram os estrangeiros que me apresentaram São Paulo, foi com eles que comecei a me sentir em casa.

A vivência deste trabalho me levou à necessidade de pesquisa. No final de 2018 comecei a construir um projeto sobre a principal questão tratada pelo instituto: o desemprego. Ao longo do processo de escrita percebi que o desemprego não era o ponto de partida dos problemas, mas apenas uma das consequências de questões anteriores enfrentadas pelas pessoas em situação de refúgio: a dificuldade de construção de uma nova vida em território desconhecido. A pessoa empurrada para fora de seu mundo fica sem referências, sem raízes. Muitas vezes lida ainda com diversos entraves resultantes do estigma de ser refugiado. Redirecionei a escrita e só mais tarde encontrei a teoria.

Não sei ao certo se escolhi o tema ou fui escolhida por ele. O fato é que talvez esta conexão tenha se dado a partir de um parentesco, embora distante, entre os refugiados e minha própria condição migrante. Tal comparação parece quase absurda: seria impossível compreender suas experiências tão drásticas nos limites menos traumáticos das minhas próprias experiências de desenraizamento. Foi o impacto instigante do contato com refugiados e com suas narrativas o que me exigiu esta investigação, não minha própria condição migrante. Aliás, minha própria experiência de deslocamento ganha inaudita dimensão quando examinada a partir de deslocamentos tão radicais vividos por

eles. O que há de baixo e alto, pequeno e grande, humilhante e enriquecedor, na experiência dos deslocamentos forçados? São questões que, afinal, a tessitura desta dissertação deverá enfrentar como questões não apenas minhas.

Profissional recém-formada vinda do norte para a maior cidade do país; enfrentei, desde a minha chegada, muitos impasses. Mas me percebo ainda sob o aconchego da língua materna e de uma situação cultural que, apesar de diferir, nunca se afasta tanto ao ponto de não poder considerá-la minha. Sinto um trânsito cultural com São Paulo e com os paulistanos que os refugiados parecem buscar. Estimar os pontos em que a cultura paulistana é expulsiva parece tarefa muito mais lúcida quando travada em conversa com os refugiados do que em conversa comigo mesma ou com migrantes como eu.

O contato com os refugiados me proporcionou descobertas muito profundas e significativas, impossíveis de alcançar sem eles. Lembrando Hannah Arendt (2008) ou Ecléa Bosi (2015), vemos que a profundidade não pode ser alcançada senão por meio da recordação e que recordar é ganhar a própria história por meio de narrativas e por lembrança dos outros. É, paradoxalmente, vincular-se ao porvir pelo alimento e pela interrogação do que já veio. Ideia que o poeta Manoel de Barros bem traduziu quando disse ter em si um sentimento de aldeia e dos primórdios, ao não caminhar para o fim, mas para as origens, buscando o “criançamento” das palavras e, digo eu, buscando também as histórias, por vezes, só capazes de serem transmitidas por essas palavras. Este é um movimento informado pela alteridade à medida que possibilita um retorno não só à história de cada um de nós, mas às histórias múltiplas e plurais daqueles situados fora de nós.

Trabalhar com refugiados é lidar, em cada encontro, com as dores, alegrias e saudades de cada um, nunca com sentimentos gerais e abstratos. Os sentimentos comuns só são tomados com realidade e verdade quando devidamente alcançados por conversas e pelos pontos de contato que gradualmente vão descobrindo ou inaugurando: a felicidade explícita daqueles que em tudo percebem uma nova oportunidade, apesar dos reveses; a dor latejante de quem prefere silenciar; a saudade convertida em força motriz que se aproveita de cada breve encontro para bendizer as maravilhas de suas terras. Sejam perseguidos políticos ou fugitivos da fome, todos trazem consigo histórias ímpares, capazes de revelações sociais profundas e que podem ser

compartilhadas com migrantes leves como eu, ou mesmo com nativos, os paulistanos locais.

De Angola, um jornalista que sonha em ser presidente. Do Congo, um jovem que foi ameaçado de morte pelo Estado que deveria protegê-lo. Da Nigéria, uma mãe de família e professora voluntária, perseguida pelo *boko haram*, uma organização fundamentalista islâmica, por ser cristã e por transmitir um modelo de educação ocidental às crianças. Médicos vindos da Síria que, apesar dos extensos currículos, ainda encontram alguma dificuldade de recolocação no mercado de trabalho. De Cuba, um poliglota que se ressentiu por ter de carregar caixotes na feira e ver seu conhecimento em línguas desprezado. Venezuelanos que, antes de chegarem a São Paulo, enfrentaram uma cidade pequena e já saturada, Boa Vista, porta de entrada para novas oportunidades e, todavia, cenário de guerra – alguns imigrantes foram atacados com fogo pela população local. Em um dos atendimentos que realizei a um venezuelano recém-chegado de Roraima que queria voltar à Venezuela, ouvi: “eles já me machucaram demais aqui, se for pra sofrer desse jeito, prefiro sofrer no meu país”. Que tipo de tratamento estamos dispensando a quem considera voltar para o lugar de onde, por força de duras circunstâncias, precisou sair?

O refúgio parece impor-se quando a casa e a cidade não mais oferecem condições de subsistência e de comunidade, empobrecendo-se como apoios externos e internos: podem ainda ser endereço, mas endereço indigente e deixaram de ser lar ou espaço de participação efetiva. A casa e a cidade são apoios econômicos e apoios psicológicos, morais e políticos, mas podem deixar de sê-lo. O refúgio não é, então, uma escolha natural; e, por isso mesmo, a adaptação exige obstinação e um grande esforço que parecem corromper a espontaneidade de uma vida sentida como própria. Quem foi arrastado para fora de seu país não sabe quando e se um dia irá voltar; e poderá também deixar de saber se voltará para si mesmo, vencendo a condição marionete.

No dia a dia, muitos refugiados chegam envergonhados, hesitantes ao falar, como se sempre houvesse melhores palavras do que aquelas que lhes ocorrem. Parecem desmoralizados, são humilhados socialmente produzidos. E a desmoralização, foi o que ouvi de Gonçalves Filho, é uma condição que acompanha a espoliação, pedindo atenção conjugada e também separada, pois o desprezo e o desamparo são tão políticos quanto psicológicos e precisam ser

percebidos no que parecia um problema só econômico: o problema do desenraizamento é *econômico, político e psicológico*.

Neste cenário de escassez da palavra, é bem verdade que existem os problemas habituais dos não falantes de língua portuguesa, que não encontram palavras simplesmente por ignorá-las; mas há o caso intrigante dos angolanos, por exemplo, cuja língua oficial é o português e, ainda assim, parecem esforçar-se ao falar, como se lhes faltasse repertório suficiente. Em seu trabalho de escuta a migrantes, Miriam Debieux Rosa nos mostra que para além do desamparo social, os refugiados sofrem de um desamparo discursivo: não é que a palavra falte, mas ela parece ter perdido o sentido. A questão, aqui, não se liga somente à novidade linguística de outro idioma; o falante inferiorizado necessariamente gagueja ou interrompe a enunciação, pois se trata ele mesmo de uma pessoa interrompida em terra alheia.

Todos esses graves problemas que recaem sobre refugiados, interpondo-se entre eles e nós, por vezes, fazem nossa colaboração parecer impotente. Enquanto indivíduos, ainda que muito se faça, a nível macro os resultados soam ínfimos. Em São Paulo, há registros de pessoas em situação de rua que utilizavam um Centro Temporário de Acolhimento terem sido retiradas do abrigo por conta da chegada de imigrantes. Há também casos em que vários grupos são amontoados num mesmo espaço: pessoas em situação de rua, usuários de drogas e pessoas em situação de refúgio, desconsiderando as necessidades específicas de cada um.

A violência psicológica destas operações precisa ser reconhecida e suas consequências firmemente consideradas no planejamento de soluções efetivas, já que, com frequência, as resoluções precárias são fatores de incremento ou mesmo de inauguração de conflitos. É angustiante a acentuação dos problemas em razão de políticas públicas insuficientes ou ineficazes. A permanência dos refugiados no país depende de moradia, trabalho e formação de comunidade, papel este a ser desempenhado, em grande parte, pelo Estado. Mas que governos fomentam e apoiam conquistas assim para forasteiros e nativos à margem da cidadania?

Lembro que no início deste estudo lidei com uma inquietação que tardou encontrar resolução. Como diferir refugiados e migrantes? Um migrante involuntário que não tenha reconhecimento legal da condição de refugiado me

valeria como depoente? Alguns daqueles com quem dividi essa questão me sugeriram expor a diferença conceitual em um capítulo para que, neste processo eu encontrasse as respostas que buscava e, tendo encontrado, as apresentasse ao leitor que porventura tivesse a mesma dúvida. Pesquisei leis, definições, li relatórios de migração e nenhum documento resolvia suficientemente o impasse.

Fugitivos de fragilidades várias têm a regulamentação no país negada sob que alegações? A vulnerabilidade apresentada não foi suficiente? Não encenaram sua miséria a contento? Há nos órgãos reguladores um movimento de constante suspeição que frequentemente incorre na eleição de refugiados legítimos e ilegítimos. Ora, quais os critérios para elencar a plural vulnerabilidade dos sujeitos como mais ou menos importante? Quão terrível deve ser a ameaça para que sejam considerados aptos à proteção?

Muito mais tarde, a inquietação se desfez não ao encontrar os critérios que definissem um grupo e outro, mas ao entender que uma distinção dessa natureza seria impossível respeitando os alicerces desta pesquisa. Nessa lógica de legalidade e ilegalidade, onde o país decide quem é digno ou não de ultrapassar suas fronteiras ali fincar raízes, o migrante parece apresentar uma ameaça à soberania do Estado-nação que, baseado em critérios inconsistentes, decide se o sujeito será útil ou se será encarado como ameaça.

No Brasil a condição de refugiado é uma prerrogativa concedida pela lei 9.474/97 e contempla, assim como mencionado na Convenção de relativa ao estatuto dos refugiados (1951), indivíduos que foram obrigados a deixar seu país de origem devido “fundados temores de perseguição por motivos de *raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas*”. Legalmente, os impactos da miséria ou de desastres naturais não foram previstos; a situação dos haitianos, por exemplo, forçados à migração após o terremoto de 2010 é tratada como acolhida humanitária.

A permanência do estrangeiro em território nacional é ato discricionário do Estado e o reconhecimento do status de refugiado depende de extensa análise dos órgãos responsáveis. Embora neste cenário nem todo migrante involuntário seja legalmente reconhecido como refugiado, aqui os termos *migração, imigração, asilo e deslocamento forçado* serão usados como sinônimos de refúgio e seus processos inerentes, assim como *migrante, imigrante e estrangeiro* aparecerão como sinônimo de refugiado. O termo *estrangeiro* será sempre usado em

referência ao sujeito que é proveniente de outro país, nunca assumindo o sentido de alguém não pertencente. Embora nem toda migração configure refúgio, todo refúgio é feito de migração e embora nem todo estrangeiro seja considerado refugiado, todo refugiado é estrangeiro, vindo de outro lugar. Entendemos, portanto, que mesmo sem o reconhecimento legal, pessoas forçadas à migração estão sujeitas a percalços, concretos ou simbólicos, bastante particulares e iniciados desde a necessidade de deslocamento.

Frente a todo o exposto, nesta investigação, tal como indicou meu orientador, as noções de dominação, humilhação social e desenraizamento, tanto quanto cidadania, comunidade e enraizamento, vão contar como noções que se exigem mutuamente e que nos parecem indispensáveis para avaliar, respectivamente, o problema do refúgio e seus remédios.

Os seres humanos têm uma raiz por sua participação em coletividades, em grupos familiares, laborais e cidadãos; nesse cenário a dominação e a humilhação surgem como forças destrutivas e empobrecedoras, promovendo desenraizamento: a pessoa sem raízes é apagada, desaparece, não é ninguém para si nem para os outros. Haveremos de detalhar este assunto. Por ora, importa notar o vínculo entre raiz e participação: a participação, como uma raiz, traz nutrição e estabilidade, enriquece espiritualmente e traz altura moral. Lembrando Hannah Arendt, a participação é, ainda, fenômeno que devemos descrever politicamente: realiza-se como ação e conversa públicas; participação é cidadania e exige uma comunidade de agentes e interlocutores, todos e cada um no igual direito e no igual dever de tomar iniciativas, falar e governar as instituições. Os refugiados, entretanto, estão frequentemente fora de comunidade, sem poder, desenraizados.

*

A seguir apresentaremos um breve apanhado teórico trazendo questões pensadas a partir do contato com pessoas em situação de refúgio (capítulo 2), em seguida acompanharemos o percurso metodológico desta pesquisa (capítulo 3), para, finalmente, chegarmos aos desdobramentos da entrevista realizada (capítulo 4).

2. REFÚGIO, DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO

Refúgio em Números e Alguns Desdobramentos

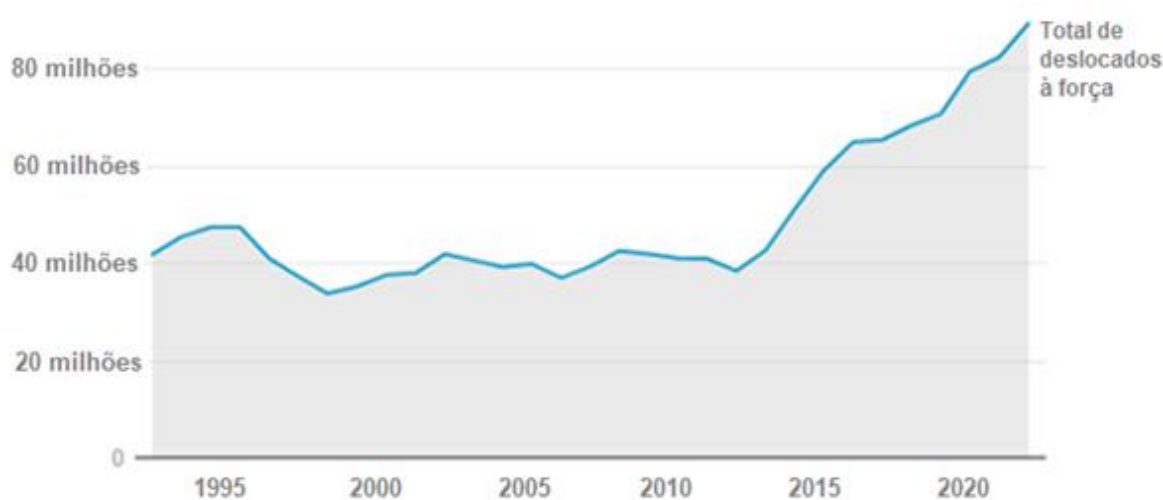
*De dia são guiados pelo sol. De noite, pelas estrelas.
Não pagam passagem e viajam sem passaporte e sem
preencher formulários na alfândega e na imigração.
Os pássaros, os únicos livres neste mundo habitado por
prisioneiros, voam sem combustível, de polo a polo, pelo
rumo que escolhem e na hora que querem, sem pedir
licença aos governos que se acham donos do céu.*

Eduardo Galeano

Dados de 2022 do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apontam que até o final de 2021 cerca de 89,3 milhões de pessoas ao redor do mundo encontravam-se em situação de deslocamento forçado por conta de diversos fatores que envolvem a generalizada violação de direitos humanos, conflitos políticos, perseguição racial e religiosa. Deste total, 27,1 milhões de pessoas têm reconhecida a condição de refugiado.

Os índices, cuja tendência é de crescimento contínuo e acelerado, apontam para o maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial que teve seu fim em 1945. Como nos mostra o gráfico abaixo, os números tiveram seu aumento exponencial iniciado pouco depois do ano de 2010.

Figura 1 – Tendências globais do fluxo migratório



Fonte: ACNUR, 2021.

Em janeiro de 2010 o terremoto no Haiti vitimou mais de 200 mil pessoas. O território foi devastado; vulnerabilidades e conflitos já existentes no país foram agravados, forçando outros milhares de sobreviventes haitianos à migração. No mesmo ano ocorreu no Oriente Médio e parte da África a onda de manifestações e protestos conhecida como Primavera Árabe que, após violentas repressões, desencadeou guerras de grandes proporções em diversos países como a Síria, a Líbia e o Iêmen, por exemplo. Mais recentemente, a partir de 2017, estes números foram também incrementados a partir do fluxo migratório advindo da Venezuela; os embargos enfrentados pelo país culminaram na crise de abastecimento de itens básicos, dentre os quais remédios e alimentos, além da alta inflacionária constante.

No Brasil, segundo informações do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2021) divulgadas pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), na última década, entre os anos de 2011 e 2021, as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado totalizaram 297.712 pedidos. Destes, 9,1% (29.107) dos casos são relativos ao ano de 2021, sendo 78,5% (22.856) das solicitações deste ano, realizadas por Venezuelanos. Em 46,9% dos casos do montante geral do ano, a concessão do refúgio foi deliberada a partir de motivos ligados à perseguição política sofrida pelos requerentes. Como veremos, nosso depoente é um componente desses números: venezuelano e teve sua fuga motivada por conflitos políticos.

Historicamente o Brasil acolheu apenas 20% (60 mil) das quase 300 mil solicitações recebidas e, dos deferimentos, 81,3% (48.789) foram de pessoas provenientes da Venezuela. Importante ressaltar que esses dados estão fortemente influenciados pelo reconhecimento, por parte do CONARE, em 14 de junho de 2019, da situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela, o que permitiu a análise e a decisão em bloco de um conjunto de processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado oriundos daquele país (OBMigra, 2021).

Dos solicitantes reconhecidos no ano de 2021, a maioria encontra-se no grupo de 25 a 39 anos, sendo possível verificar também que a maior parte referente ao total geral de solicitantes é homem, abarcando um total de 64,5%, enquanto as mulheres são responsáveis pelo montante de 35,5% das solicitações. Os venezuelanos representaram, em 2021, 75% do total de homens e 82,6% do total de mulheres que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado ao Brasil.

Ainda que, dada proximidade geográfica com a Venezuela, Estados do norte do país, tais como Acre, Roraima e o Amazonas ocupem, respectivamente, os primeiros postos em relação ao número total de solicitações de refúgio, é em São Paulo que reside mais da metade do total de refugiados do Brasil, considerando as demais nacionalidades. Em toda a América Latina, o Estado de São Paulo configura-se hoje como o principal destino de solicitantes de refúgio e, neste cenário, o desafio das autoridades paulistas tem sido diretamente proporcional ao número expressivo de refugiados que chegam ao Estado.

Embora a maioria dos refugiados não esconda encantamento em relação a São Paulo, aqueles que já estão na cidade, desde sua chegada, tiveram suas trajetórias marcadas por muitos reveses. O lugar é atraente e seduz por novas possibilidades, mas, ao mesmo tempo, fecha-se por conta de preconceitos aqui arraigados. O Brasil abre suas fronteiras para a entrada dessas pessoas e, no entanto, expõe-nas diariamente ao desemprego e ao desprezo, dois fatores desoladores que concorrem na manifestação do preconceito.

Apesar das garantias preconizadas pela lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; inclusão social, laboral etc.), muito ainda não se aplica ao cotidiano:

Até a instituição do Direito, que teria a função de regular os excessos e assegurar a igualdade, não alcança a inclusão de todos. [...] porque quem faz as leis são os homens e aqueles que têm maior visibilidade e força dentro de uma comunidade são os que legislam e executam as normas que protegem seus interesses. Portanto, a lei deixa sempre como resíduo a marca do exercício da dominação, que persiste como elemento irreduzível das relações humanas (VANNUCHI, 2017, p. 61).

Neste sentido, Gonçalves Filho aponta que “a burocracia habitualmente participa dos preconceitos racistas e os vem reiterar, movimentando-os de modo mais ou menos mecânico, mais ou menos impessoal.” (2017, p.143). O autor refere-se a um tipo específico de preconceito (o racismo), todavia, é possível perceber a mesma dinâmica no processo de legalização dos solicitantes de refúgio, prática que, aliás, é reforçada quando se trata de um refugiado negro, condição duplicada de rebaixamento.

Se o refugiado negro enfrenta dupla condição de opressão, um refugiado negro de origem africana conta ainda com uma terceira camada: a herança direta da escravidão. Figura viva da dessemelhança, o termo *África* frequentemente remete a ideia de um mundo apartado, marcado pela violência e pela devastação. A história da emigração africana em tudo difere da história de outros povos, que saíram de seus respectivos países por questões internas, que influenciaram sua necessidade e decisão (MBEMBE, 2020b; MUNANGA, 2005). Em nenhum momento a pele clara foi objeto de representações negativas e da construção de uma identidade rebaixada: “humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2020b, p. 21).

Temos, portanto, que quanto mais exposto às intersecções (de classe, raça e gênero, para citar apenas os recortes principais), mais o sujeito estará inserido nos marcadores de desigualdade e, conseqüentemente, lidará com maior vulnerabilidade social. Como vimos, a proveniência geográfica também configura uma intersecção fundamental: uma pessoa negra de ascendência europeia, ainda que esteja sujeita a enfrentar o racismo, em geral não receberá o mesmo tratamento conferido a uma pessoa negra refugiada de um país africano.

Considerando todo o exposto, lembremos que recentemente a pandemia de COVID-19 atingiu diferentes continentes em todo o planeta e escancarou problemas sanitários, políticos e econômicos. Se as pessoas que dispunham de abrigo e tinham acesso garantido a alimento e saúde foram fortemente atingidas, quem já estava em situação de fragilidade teve suas carências exponencialmente aumentadas. Neste cenário hostil, a necessidade de migração forçada não foi interrompida e teve ainda suas condições atreladas a novos complicadores.

Em fevereiro de 2022, com a invasão russa à Ucrânia, foi instaurada uma nova crise migratória no leste europeu. Houve comoção geral com o advento de uma guerra no “mundo civilizado”, afinal, conflitos armados e sangrentos são frequentemente vistos como naturais desde que situados em países africanos, asiáticos ou latinos. Quando noticiadas mortes coletivas em embarcações que naufragam a caminho de melhores condições, as perdas são tomadas como fatalidade óbvia e as vítimas culpadas pelo destino que foram obrigadas a cumprir: entraram em um transporte ilegal, precário e superlotado, que se há de fazer? Com medidas mais ou menos duras o Estado cria instrumentos de admissão

e expulsão onde a privação dos direitos humanos se manifesta, sobretudo, na falta de um lugar no mundo. Invisíveis ou concretamente demarcadas por muros, cercas e policiamento ostensivo, as fronteiras são constantemente reafirmadas. O funcionamento racista e ditado pelo capital orienta o fluxo, decide quem pode ficar e, em geral, a proteção solicitada importa menos que a utilidade que o imigrante terá ao desenvolvimento do país.

Se a lei carrega em si a marca indelével das relações de poder entre os homens, nas fronteiras isso se desnuda. No fluxo de retirada de civis da Ucrânia, não faltaram relatos de racismo: as vagas nos trens, depois de garantidas às mulheres e crianças ucranianas, eram oferecidas a homens *brancos*. Estudantes e trabalhadores africanos e também indianos foram impedidos de embarcar e orientados a percorrer o caminho a pé. Circulou nas redes sociais um vídeo de uma mãe negra com seu bebê que, tendo conseguido chegar à fronteira, teve sua passagem negada. Não há registros de que o mesmo tenha acontecido com pessoas brancas.

Tal cenário parece expor nossa solidariedade seletiva e a hierarquização de prerrogativas. A Ucrânia não faz parte da União Europeia, no entanto, seus cidadãos não precisam de passaporte para transitar entre os países do bloco. Apesar de as autoridades afirmarem que as fronteiras permanecem abertas para que os estrangeiros possam ingressar em qualquer outro país europeu em busca de asilo, fica evidente que tal circulação está atrelada a condições que não são igualmente conferidas a cidadãos europeus e não europeus.

*

Considerando que os números e os desdobramentos expostos acima são diretamente informados por aspectos políticos e psicológicos, haveremos de detalhar estas questões no tópico a seguir.

O Estrangeiro: Aspectos Políticos e Psicológicos

Neste mundo, companheiros de bordo, o Pecado que pagar sua passagem pode viajar tranquilamente, e sem passaporte; ao passo que a Virtude, se for pobre, é detida em todas as fronteiras.

Herman Melville

A política de imigração claramente privilegia um grupo específico de sujeitos: os vistos de entrada para quem *escolhe* morar em outro país estão sendo progressivamente abolidos através de acordos entre governos, enquanto aqueles que *precisam* deixar seu país enfrentam dificuldades através de fiscalizações rígidas e prolongados processos burocráticos. Tal combinação carrega profunda significação simbólica, pois desnuda o fato de o livre acesso à mobilidade global ter sido reservado a mais alta categoria da estratificação social, deixando expostos fatores de privilégio e privação. É nítida a prioridade conferida aos acordos econômicos de cúpula internacional em detrimento dos cuidados com as populações nativas e imigrantes que de fato necessitam de um auxílio mais consistente. Vende-se a falsa ideia de que, com a globalização, o mundo está ao alcance das mãos de qualquer um, quando na realidade estas mãos são bastante seletas (BAUMAN, 2008; SANTOS, 2001).

A ideia desenvolvida por Zygmunt Bauman e Milton Santos, é confirmada por Nancy Fraser quando a autora apresenta a dinâmica do uso do território dado em uma divisão parcial e desigual que considera a soberania territorial inquestionável do Estado-nação, polarizada entre nacional e internacional:

Lo que está en cuestión aquí es la organización del espacio más amplio em el que los Estados territoriales están insertos. Se trata de un espacio en el que el capital se mueve con mucha facilidad, dada su tendencia expansionista. Pero la capacidad para operar entre fronteras depende del derecho internacional, acuerdos negociados entre las grandes potencias y regímenes supranacionales que pacifican parcialmente (y de modo afín al capital) un ámbito a menudo imaginado como un estado de naturaleza (2014, p. 68).

Esse “estado de natureza” é forjado. A sociedade moderna é feita de consumidores, promove uma socialização antissocial, cria sujeitos que constroem de si mesmos uma imagem em função do que acumulam. O consumo da cultura gera discursos, mas raramente gera cidadãos preocupados com o bem coletivo; o

consumidor é o contrário do cidadão (BOSI, 2007). Nesta dinâmica, sob o império do cálculo econômico, também o fluxo migratório é tomado como mercadoria e tem suas questões mediadas pelo capital. E muito embora o mundo globalizado tenha proporcionado incontáveis ganhos à vida em sociedade, as desigualdades sociais e econômicas foram largamente acentuadas nesse processo. Aqueles que, mesmo inseridos na lógica capitalista – e há quem não esteja? –, não contam com obtenção de lucro e acúmulo de bens, acabam sendo marginalizados (BAUMAN, 2008). À margem, são tidos como totalmente outros, alheios, estranhos.

Em seu livro *O Caráter Nacional Brasileiro*, Dante Moreira Leite afirma que parece possível distinguir duas tendências fundamentais na reação ao grupo estranho: uma de admiração e aceitação, outra de desprezo e recusa. É justamente num grupo assim *estranho* – admirado e aceito e, ao mesmo tempo, desprezado e recusado – que se encaixam os refugiados e a recepção ambivalente que sofrem em ambiente paulistano ou em outros locais de destino; virtualmente imersos em chances, promessas, possibilidades, mas efetivamente quase só experimentando impedimentos institucionais e sendo vistos pelos outros como desagradáveis ou ameaçadores.

Como nos mostra Winnicott (2019), o fato psicológico é dos mais pungentes: a pessoa ora parece sentir que poderá organizar-se como quem é querido, ora precisa defensivamente organizar-se como quem é indesejado. Caso não disponha de firme resiliência, cairá em angústia confusional e assumirá uma organização mista que não se presta nem para viver e assumir um ambiente hospitaleiro, nem para proteger-se e enfrentar um ambiente inóspito.

Sobre esta dinâmica, Miriam Debieux (2015) explica que nosso contato com o diferente frequentemente assume uma polarização discursiva atrelada a um maniqueísmo infantil que divide o mundo entre bem e mal, gerando figuras de identificação ou repúdio. É a economia psíquica, inerente aos sujeitos individuais e coletivos, que irá mediar esse encontro com o outro, facilitando o diálogo, alianças e pactos ou desencadeando embates, conflitos e até mesmo a gestão do ódio pela guerra. Os aspectos negativos são compilados num grupo para o qual se direciona o ódio e, neste processo, ocorre a desnaturalização da comunicação e das regras que compõem qualquer relação e dão forma ao laço social: o outro é reificado e se torna alvo.

Este funcionamento maniqueísta traz consigo ainda outras nuances. Com Freud, veremos que o estranho está situado entre o familiar (*heimlich*) e o não familiar (*unheimlich*):

Lembremos que essa palavra *heimlich* não é clara, pois diz respeito a dois círculos de representações, os quais, sem serem opostos, são, de fato, alheios um ao outro, ao do que é confiável, confortável, e ao do que é encoberto, o que permanece oculto [...] Em suma, familiar é uma palavra cujo significado se desenvolveu segundo uma ambivalência até se fundir, enfim, com seu oposto, o infamiliar. Infamiliar é, de certa forma, um tipo de familiar (FREUD, [1919] 2019, p. 45-49).

Não se trata, portanto, de uma negação radical do outro. A angústia instigada pelo estranho combina o que é sentido como parecido e diferente, a intolerância ou rejeição do outro acompanha também sua imagem como semelhante e essa figura, dupla, é infinitamente mais perturbadora do que aquilo que nos é indiferente (PONTALIS, 1988 apud VANNUCHI 2017). Quando repudio o outro, mostro meu profundo desconhecimento sobre o sentimento suscitado encontrar, antes, fundamento em mim mesmo, já que “quanto maior a debilidade de experimentar e de refletir, maior a necessidade de nos defendermos daqueles que nos causam estranheza. E isso ocorre [...] porque o estranho é demasiado familiar” (CROCHÍK, 1997, p. 14).

O outro desconhecido coloca em cheque a minha própria identidade. Maria Beatriz Vannuchi (2017) nos mostra que a rejeição é uma estratégia de autopreservação ou do narcisismo, através do deslocamento na cena social, daquilo que não é elaborado no próprio sujeito: “a angústia advém do encontro com traços excedentes ao Eu, do outro lado do espelho, que são tidos como incompatíveis com o ‘si mesmo’” (p. 62). O preconceito é, em termos freudianos, também um fenômeno de massa: a angústia traduz-se em ódio que é, então, compartilhado e projetado num traço alheio.

Procuramos e, ao mesmo tempo, nos esquivamos da alteridade, da diferença a que o outro nos obriga. Por meio da linguagem buscamos reconhecimento e concordância, mas também através dela acessamos a diferença. E a comunicação sustenta-se justamente aí, neste preciso ponto em que o outro é outro e não uma extensão de mim: dirigimo-nos sempre a quem não conhecemos, àqueles a quem só podemos ensaiar ter acesso através da linguagem. Neste processo, por vezes, há uma tendência de apagamento da

alteridade e tentativa de transformação do estranho em mais de mim, o outro à minha imagem e semelhança, para que só assim eu possa respeitá-lo (ROSA, 2015). A ambiguidade do estranho, portanto, como na psicologia social de Dante Moreira Leite, é também reconhecida e afirmada em psicanálise.

Estas ideias, quando mais se comunicam com nosso problema de pesquisa é quando como em Bauman (2016) ficam ligadas a experiências sócio-políticas: este autor sustenta que nosso temor frente aos refugiados dá-se justamente por vermos neles a concretização de alguns dos nossos maiores receios. Pessoas como nós, que julgamos terem antes vivido num mundo razoavelmente íntegro, de repente chegam ao nosso país e bem perto de nós como párias de um mundo partido e perdido, mostrando-nos que é possível perder abruptamente moradia, segurança, saúde, lugar social, trabalho, bens biográficos e a cidade.

Para Freud (1919), a sensação do infamiliar é suscitada neste preciso momento, quando tudo o que gostaríamos de manter oculto vem à tona, obrigando-nos à ideia do inescapável, onde até então considerávamos a eventualidade:

[...] algo tem um efeito de infamiliar frequente e facilmente alcançado quando as fronteiras entre a fantasia e a realidade são apagadas, quando algo real, considerado como fantástico, surge diante de nós, quando um símbolo assume a plena realização (FREUD, [1919] 2019, p. 93).

Este estranhamento, para Dante Moreira Leite, está também ligado à surpresa ou ao choque das diferenças linguísticas, religiosas ou outras divergências culturais. O fenômeno assume, para o autor, um caráter antropológico muito abrangente, incluindo o que se passa entre nós hoje e também o que se passou ancestralmente:

Entre os primitivos, o estrangeiro passava por uma complexa cerimônia, destinada a afastar os malefícios que trouxesse de seus demônios; ao voltar de uma viagem, as pessoas deveriam permanecer isoladas por algum tempo, até que delas se afastassem os demônios estranhos, acaso encontrados no caminho (LEITE, 1976, p. 11).

Ainda que não ritualizado da mesma forma, esse isolamento ainda é praticado. Não raro o estrangeiro precisa provar sua idoneidade até que seja aceito. Processo este, aliás, que inicia nos trâmites de legalização do imigrante no país de destino. O direito à permanência não é garantido: precisará ser conquistado. A hesitação aqui parece estar muito mais ligada ao preconceito e

menos ao cuidado que todos nós guardamos em relação ao desconhecido.

O estrangeiro, marcado como intruso, escancara o lugar da alteridade, do terceiro, da castração. Quem ocupa esse lugar é culpabilizado pelas impossibilidades a que todos nós estamos mais ou menos sujeitos. Não é difícil ouvir que imigrantes vêm de longe “roubar” oportunidades de nativos e, por isso, acentuam a crise econômica enfrentada no país. Ora, com políticas públicas empobrecidas, os refugiados se configuram tão somente enquanto representação imagética da crise, sendo eles também diretamente atingidos pelo Estado omissivo.

Como representante de tudo aquilo que nos falta, o refugiado é punido e tem o exílio como castigo maior: muitas vezes destinado a vagar, sem lugar pra si e sem espaço de transmissão de sua história, banido da vida pública e política, sem voz, não é capaz de constituir comunidade e fica incapaz de pertencer (ROSA, 2015).

Neste cenário, saber-se deslocado, sem lugar, sem um mundo a que pertencer e que lhe pertença, restringido e impedido material e moralmente, reiteradamente percebido pelos outros como risivelmente estranho, inadequado e importuno, não pode deixar de tornar-se facilmente uma experiência psicológica perturbadora e revoltante. Zygmunt Bauman (2005) nos mostra que respeito ao refugiado não é garantido, falta assiduamente ou, para ser alcançado, depende de luta contínua: sempre há algo a explicar sobre si próprio e sua gente, algo a encobrir, esconder ou, ao contrário, altivamente ostentar, corajosamente oferecer, negociar ou barganhar. Nessas circunstâncias, lembrando uma condição ligada à sociedade de identidades fluidas, cunhadas e lançadas pelas massas ao redor e pelas instituições, é preciso manter-se sempre vigilante para defender as identidades de raiz e também as identidades escolhidas.

*

Como exposto, os aspectos políticos e psicológicos aqui abordados são, quando não inaugurados, pelo menos atravessados pela estruturação da sociedade centralizada no capital; nessa configuração, são postos à vista diversos fatores que desenham a dinâmica violenta da dominação.

Dominação e Violência

Os que interrogaram radicalmente a servidão humana concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana; só os homens excluem os homens da dignidade humana.

José Moura Gonçalves Filho

O que testemunhamos em São Paulo parece exigir, para a compreensão dos golpes sofridos pelos refugiados, que o ambíguo estranhamento reservado a este grupo seja especificamente ligado à ambivalência da relação que caracteriza o contato dos dominadores com os dominados. A classificação de refugiados como *outros* e a reafirmação da fronteira que os põe à margem, são atitudes que reiteram dinâmicas desiguais e exemplificam o que Giddens (2002) chamou de *colonização do futuro*, processo que surge como mediador das nossas interações com o desconhecido, reinscrevendo relações iníquas que, embora engendradas em outro momento histórico, são atualizadas e cultivadas no presente.

Importante lembrar que grande parte dos sujeitos em situação de deslocamento forçado é proveniente de países outrora colonizados e ainda hoje lida com a arbitrária tentativa de subalternização de sua raça e cultura. Neste cenário, considerando que as relações contemporâneas de dominação têm origem nos processos históricos de colonização, veremos que a colonialidade aparece como elemento central da experiência moderna e seus rastros podem nos orientar sobre a formação da sociedade desigual em que vivemos.

De acordo com o psicólogo Eduardo Leal Cunha, apesar de certamente existirem outras maneiras de compreender esse modo de pensar que organiza nossa relação com o mundo a partir das ideias de controle e domínio, o que a referência à colonização nos traz de modo muito explícito, é que essa forma de relação fundada na violência e na sujeição deixa marcas profundas e, ao mesmo tempo em que pretende transformar o mundo, paradoxalmente opera a cristalização de formas já conhecidas de existir, impedindo a irrupção do novo.

Estando nossa identidade inquestionavelmente associada à colonialidade, haveremos de compreender que o descolonizar-se não se trata de apagar o passado, mas de inaugurar um futuro descolado da racionalidade colonial.

Em seu livro *Os Condenados da Terra* (1968), Frantz Fanon defende a colonização como processo necessariamente violento, exigindo da descolonização resposta igualmente violenta. Para o autor, é preciso reconhecer que apenas a violência do dominado contra o dominador será capaz de subverter a ordem imposta, permitindo a efetiva libertação dos subjugados. Temos, portanto, que toda dominação é violenta, embora nem toda violência seja ingrediente da dominação. Hannah Arendt, como veremos, reconhece o papel da violência como possibilidade de resposta pontual e, por isso mesmo, questiona o método: haveria violência capaz de ser praticada com rigor e contornos tão bem definidos que garantissem seu emprego para um fim específico?

No prefácio da produção de Fanon, Sartre reitera que não é de origem a violência dos humilhados, mas consequência da violência antes infligida pelo dominador, que se acumula e os dilacera. O primeiro esforço dos oprimidos, em geral, é encobrir sentimentos de raiva e revolta, reprováveis pela moral e que, no entanto, resistem como último reduto de sua humanidade. Privar o oprimido da indignação contra as agruras que sofre é apenas uma das faces violentas pela qual a dominação se mantém viva. Sartre nos diz que “em tempos de impotência, a loucura sanguinária é o inconsciente coletivo dos humilhados” e, se não canalizada, essa fúria contida é capaz de destruir os próprios oprimidos que, para se livrarem dela, matam a si mesmos e uns aos outros, por não saberem como ou não terem meios de atacar o verdadeiro inimigo. A política de dominação é adubo dessas rivalidades; comuns empunham a faca contra os seus, acreditando aniquilar a imagem abjeta de seu aviltamento.

Não é difícil encontrar exemplos. Na escrita deste trabalho, descobri que não são poucos os refugiados que, fugindo da violência em seu país, são recebidos com violência no Brasil. Em setembro de 2022 o imigrante gambiano Bubbacarr Dukureh, de 28 anos, foi morto a tiros por policiais num bairro rico de São Paulo. Desempregado, Bubba corria como estratégia para manter a saúde mental. Parece não ter sido avisado que pessoas negras no Brasil são impedidas de muitas coisas. Correr é uma delas. A história de Moïse, contada no próximo tópico, também parece traduzir este cenário.

A violência entre oprimidos é apenas mais um dos braços da dominação, os iguais que se atacam favorecem aqueles que, via de regra, não sujam as mãos. A violência do dominador, no entanto, por mais coercitiva que possa

parecer, torna-se também vulnerável no instante em que perde a anuência dos subjugados, só é mantida se assiduamente alimentada (ARENDR, 2009). Existiriam, então, sujeitos coparticipes da violência que lhes é infligida? Lefort nos diz que a servidão, imagina-se, só existe para uns pela vontade de outros; no entanto, a demanda pelo assujeitamento não raro antecede a própria servidão, o dominador apenas assume um lugar que lhe foi solicitado ocupar, a dominação se constitui coletivamente e só mais tarde encontra um representante. Não precisamos ir longe, olhemos para o nosso próprio quintal: quem em 2018 assumiu a presidência, foi eleito através do voto popular e, no entanto, não só não governou para o povo que o elegeu como atuou deliberadamente contra. Não existiram cúmplices?

Aqui, cabe fazer uma diferenciação: o desejo por dominação está majoritariamente ligado àqueles (poucos) que se beneficiam da nivelação violenta na qual nos tornamos *todos um*. Mas não seriam também agentes da dominação os trabalhadores negros, humilhados socialmente produzidos, que se valem de seus micro poderes e matam outros trabalhadores negros? Não é assim que, autorizadamente, funciona nossa polícia? Não foi assim que morreu Bubbacarr?

Haveremos de considerar que a sólida estrutura da dominação, historicamente constituída, é também reproduzida pelos oprimidos. Os regimes de exploração, como nos diz Gonçalves Filho, são espertos em tornar os explorados perseguidores de explorados. Há uma ideologia dominante que os impele para tal: a falácia da meritocracia, o individualismo social arraigado, a eterna disputa capitalista na qual supostamente haverá vencedores e perdedores. Portanto, não há como igualarmos o impacto da dominação imposta por um oprimido ao outro àquela imposta por um dominador.

Muitas vezes, o posicionamento dos humilhados em favor dos dominadores funciona tão somente como defesa precária e empobrecida, uma busca de proteção através do encobrimento e não do embate, que acaba se mostrando uma resposta fajuta e pouco efetiva à dominação. Pode até parecer, mas não serve ao mesmo fim. Essa internalização das normas e da visão de mundo do opressor se faz na tentativa de dar sentido à degradação imposta, mas na verdade se traduz em arremedo de significado, falseado e ineficaz (GONÇALVES FILHO, 2019; NANDY, 2015).

Para além dos compreensíveis ressentimentos guardados pelos refugiados em relação ao país de origem que lhe impôs a fuga, não é difícil encontrar também aqueles que negam a si mesmos e as suas origens. A colonização, através de seus métodos violentos, coloniza por meio das coletividades, também os sujeitos. A dominação produz seus aliados entre os oprimidos e os mantém na eterna promessa de ascensão; lembrando Paulo Freire, veremos que não havendo uma educação que permita a elaboração crítica capaz de superar essa dinâmica, o oprimido aceita de bom grado a oferta do dominador, acreditando que a única forma de não ser humilhado é se juntando aos seus algozes. Assim, a dominação se perpetua à custa de seus próprios subjugados.

Essa dinâmica, cheia de vieses, se dá também porque a humilhação social, que caracteriza a psicologia do oprimido, é um fenômeno complexo, tanto político quanto psicológico, e pode despertar ali onde deveria haver ação, afetos embriagantes ou paralisadores, que desencadeiam a angústia e, através dela, as lágrimas e o emudecimento, o protesto confuso, a ação violenta e até mesmo o crime. Atuam nesse processo, mecanismos psíquicos de projeção, deslocamento e identificação que explicitam o ato de humilhar também como estratégia defensiva, ou seja, há aqueles que humilham para se proteger da humilhação (GONÇALVES FILHO, 1998; NANDY, 2015).

A manobra de coletividades é uma estratégia de sujeição. Adorno (1951) nos mostra que em certos casos, justamente por ser impossível ganhar as massas por meio de um discurso racional, a estratégia passa a ser o desvio do pensamento visando alcançar processos inconscientes e regressivos. É precisamente isso que Freud busca desvendar em *O Mal estar na Cultura*: que forças psicológicas permitem a transformação de sujeitos em massa? Existe um nível de excitação emocional só alcançado quando em grupo, ali onde o limite individual é perdido ou alargado e, sob essas condições, o sujeito pode se livrar das repressões inconscientes, terreno onde frequentemente emoções violentas se traduzem em ação violenta.

A inscrição do fenômeno da violência se dá justamente a partir da interrupção ou total incapacidade de diálogo e a conseqüente redução das relações de poder em determinado grupo; nesse sentido, a violência não é natural, mas resultado das ações humanas, pertencentes aos meandros de

nossas atividades políticas. Essa violência contra o outro acaba sendo, afinal, violência contra si mesmo, algo que fica claro quando se torna possível o reconhecimento de que a violência ataca a interdependência viva que é ou, pelo menos, deveria ser nosso mundo social; um ataque às pessoas, mas, sobretudo, aos vínculos e a possibilidade de uma vida comum (ARENDR, 2009; BUTLER, 2021).

Apesar de a violência ser, nas palavras de Arendt, “um recurso extremamente tentador [...] em razão de sua proximidade e rapidez para restaurar a lei e a ordem”, é justamente seu caráter opressor que nos faz ceder a exigências ilógicas e infundadas que, de outra maneira, jamais seriam sequer consideradas; a violência é capaz apenas de produzir obediência automática, baseada no medo. Diferente do poder, o fenômeno da violência não é um fim em si mesmo e por isso sempre exigirá justificativa; ainda que, paradoxalmente, injustificável.

Neste cenário, Fanon defende o emprego da violência do dominado contra o dominador na medida em que o processo de descolonização prevê a transformação da pessoa colonizada a partir da inauguração de outro modo de existir. Para Arendt, no entanto, a violência é racional até onde pode garantir-se eficaz, atingindo o fim a que se propôs; todavia, uma garantia dessa ordem é impossível, considerando que as ações humanas, embora planejadas, têm sempre consequências imprevisíveis.

Em suma, ainda que a violência seja, sim, capaz de promover transformações, caso não se inscreva de forma absolutamente pontual, seu resultado não será a reforma e sim uma sociedade ainda mais violenta. A violência interrompe processos, mas é incapaz de criar onde não há ação. É o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial entre homens que agem e falam; o poder passa a existir entre homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que se dispersam (ARENDR, 1969).

Desse mundo, cindido pela dominação sempre regada por motivações econômicas, resultam dois lados completamente opostos: um representado pela fartura e outro pela fome; um marcado pela potência e o outro pela falta; um enaltecido, o outro humilhado; a relação entre as duas partes é sempre mantida por intermediários, não são fundadores da opressão, mas acabam sendo os responsáveis pela conservação do sistema opressor (FANON, 1968). Lembremos

Eichmann e a teorização de Hannah Arendt (2013) sobre a banalidade do mal: a autora nos mostra que o funcionamento automático e a incapacidade de pensamento crítico frequentemente implicam em crimes contra a humanidade. Ainda que comportamento não seja ação, a culpa é forjada na convivência.

É preciso se descolar do cenário onde o refugiado é visto como ameaça. A partir de situações injustas, a única postura aceitável é a desobediência civil que, para além da simples discordância, implica em contestação e possibilidade de reformulação do sistema opressor. Que possamos, como sugere Butler (2021), agir coletiva e politicamente através da ética da não violência, em busca de uma igualdade radical e, ainda que tal radicalidade se traduza hoje como objetivo utópico, que esse siga sendo nosso horizonte.

*

O racismo é uma das representações da dominação entre nós, coletivamente produzido surge na tentativa de justificar o rebaixamento de uns em favor de outros. No Brasil, como veremos a seguir, o racismo atua num limbo, num quase: na prática, está por toda parte; oficialmente, não está em parte alguma.

Racismo à Brasileira

Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres.

Achille Mbembe

Rio de Janeiro, 2022. Moïse Mugenyi Kabagambe, refugiado congolês, foi brutalmente assassinado aos 24 anos. Morto a pauladas por ter cobrado o que era seu de direito, um pagamento atrasado referente a um punhado de dias trabalhados informalmente num quiosque de praia. Por algum tempo, o corpo sem vida restou na calçada e foi ignorado pelos transeuntes. Há também relatos de que guardas municipais, agentes públicos de segurança, negaram ajuda enquanto Moïse ainda podia ser salvo, afinal, negro, imigrante e pobre, são intersecções que somadas atestam culpa.

Depois de sua morte, a concessão de funcionamento do quiosque foi oferecida à família. Repito: a prefeitura do Rio de Janeiro, como meio de retratação, concedeu à família a gestão do quiosque onde Moïse foi assassinado. Agentes do governo alegaram que tal gesto visava reparação e estava comprometido com valores de justiça e antirracismo. Sujeitar uma família pobre a trabalhar na cena do crime, ali onde um membro de sua família foi exterminado, não soa justo, soa perverso. Em casos assim, fica claro o quanto a banalização da barbárie é uma política do Estado. A tragédia a que o corpo negro está sujeito é normalizada e o sofrimento de quem fica é diminuído ou invalidado.

A desumanização da pessoa negra atua em favor do racismo, o que há de singular é apagado à medida que a pessoa se torna sinônimo dos estigmas atrelados a sua identidade racial. Judith Butler (2020) nos mostra que em uma sociedade desigual, vidas são hierarquizadas, classificadas como dignas ou não do que a autora chama de “enlutabilidade”; algumas vidas são passíveis de enlutamento quando perdidas, enquanto outras são facilmente esquecidas ou sequer consideradas.

A elaboração do luto *exige* a dimensão coletiva. Quando o reconhecimento da coletividade falta, a violência é reiterada. Além de que, a

morte de um imigrante negro também conta com a angústia gerada pelo enigma da dominação. A violência e crueldade empregadas só foram possíveis a partir da despersonalização daquela vida promovida pelas relações de dominação entre nós. A morte de Moïse gerou na família o sofrimento psicológico que todos nós estamos expostos quando perdemos alguém amado, mas também obrigou ao sofrimento político a que só os oprimidos estão sujeitos. Na sociedade em que vivemos, uma pessoa branca que disponha de uma condição privilegiada de classe jamais será exposta às mesmas humilhações enfrentadas pelo corpo negro e pobre. Neste cenário, como apontado por Svartman e Galeão-Silva (2016), a elaboração do sofrimento político não pode dar-se senão na dimensão coletiva. Todo enigma e toda violência presentes nas expressões concretas e cotidianas de rebaixamento dependem, para seu enfrentamento, de parceiros que ajudem a dar um sentido e uma resposta coletiva à experiência vivida.

O Congo, de onde Moïse saiu, teve o fim da guerra oficialmente declarado em 2003, no entanto, ainda hoje existem regiões que permanecem sendo palco de embate entre milícias armadas em função de disputas por terras e recursos naturais, além de servirem à indústria bélica no qual grupos paramilitares recrutam adolescentes e até crianças para atuar como soldados. Moïse conseguiu fugir das mazelas deixadas pela maior guerra na história da África moderna, considerado um dos conflitos mais mortíferos desde a Segunda Guerra Mundial, e foi morto aqui em uma guerra silenciosa. Não é exagero comparar o cenário brasileiro aos cenários de países em guerra: em 2018 o IPEA apontou que o número de homicídios no Brasil se assemelhava ao número de vítimas da guerra na Síria.

Os golpes contra Moïse foram desferidos por pessoas de condição social semelhante a sua, também trabalhadores e também negros; mas o jovem imigrante encontrava-se em situação de maior vulnerabilidade e serviu de bode expiatório. Sua morte foi mais uma dentre tantas, resultado da dominação e a serviço dela. Um corpo sem valia e sem direitos, desprezado e rejeitado, que serviu de descarga para a agressividade do grupo. Uma pele alva, provavelmente, não teria tido o mesmo fim. Dados de 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que em 2019 pessoas negras foram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios de 29,2 por 100 mil habitantes.

Comparativamente, entre os não negros a taxa foi de 11,2; o que significa dizer que a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes superior.

Em 2020 dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontaram que, historicamente, a população prisional brasileira acompanha o perfil das vítimas de homicídio: jovens negros e de baixa escolaridade. Essa desigualdade abissal é revelada também no recorte de classe. Em 2017, o relatório “A distância que nos une – Um retrato das Desigualdades Brasileiras” publicado pela ONG Oxfam, dedicada a combater a pobreza e promover a justiça social, estimou que brasileiros brancos recebiam, em média, o dobro do que recebem os negros. Apesar de o recorte financeiro mostrar um dado aparentemente isolado, estes dados estão também relacionados às taxas elevadas de homicídio, encarceramento em massa, indigência profissional e várias outras questões, aquém e além da renda, que contribuem para o desenho deste panorama. A previsão é que a equivalência de salários passe a ser uma realidade apenas a partir do ano de 2089, ou seja, 200 anos depois de declarada a abolição da escravidão. Nessa projeção, os rastros da escravidão já terão durado quase tanto quanto o próprio escravismo.

Neste cenário, o refugiado poderá inserir-se em situações ameaçadoras mais do que apenas encontrar amparo; sendo negro e não dispondo de privilégios de classe, dependerá de uma proteção que não é garantida. Lilia Schwarcz (2020) nos mostra que reiteradamente exportamos mentiras, de que aqui há democracia racial, celebramos a miscigenação, adoramos estrangeiros e somos um povo cordial. Não são totalmente inventadas essas qualidades, desde que o estrangeiro não seja refugiado e negro. Nossa empatia e solidariedade são seletivas. O Brasil abafa seus traumas e cicatrizes; se vende como harmonioso sendo hostil.

A violência contra o imigrante negro, não começa na violência física seguida de homicídio. Começa sutil, encoberta pela imagem de povo brasileiro acolhedor, começa na valorização, no projeto e na defesa da branquitude e de valores eurocêntricos e se perpetua através do enaltecimento do discurso do dominador como universal, atropelando violentamente qualquer modo de funcionamento divergente. Fanon (1968) nos lembra de que há nesse funcionamento uma espécie de afirmação continuada de uma singularidade admitida como absoluta, que desumaniza o outro roubando suas propriedades

humanas e o torna algo semelhante a um animal, ou ainda mais baixo que isso, já que também os animais são seres vivos dignos de cuidado. A culpa constante que sente a pessoa humilhada e a inferiorização a qual está frequentemente submetida, são elementos que muitas vezes os impedem de tomar parte na luta por sua libertação.

Em um regime como o Apartheid, por exemplo, há uma discriminação óbvia e os inimigos são declarados; já no Brasil, o tema é tratado de maneira ambígua, fugidia. A situação aparece de forma neutra, como se as posições sociais desiguais fossem mero desígnio da natureza. Não havendo uma política discriminatória oficial, é possível encobrir o preconceito e nos vendermos como um país consciente que nega o racismo ou o reconhece como algo menor e não determinante de problemas sociais arraigados. Defende-se uma harmonia racial, jogando para o plano pessoal quaisquer conflitos; conflitos estes que, na realidade, têm sua origem em questões sociais históricas e de base coletiva (SCHWARCZ, 2020).

Isildinha Baptista Nogueira (2017) se refere ao funcionamento do racismo brasileiro como um “apartheid psíquico” ilustrando que, ainda que não seja pela via da lei, o apartheid acontece de uma maneira silenciosa e por isso mesmo mais difícil de ser combatida. A opressão vem de todos os lados e, no entanto, não é possível identificá-la com precisão. Para tratar qualquer doença, precisamos antes diagnosticá-la: com o conflito no terreno do não dito, o problema se torna permanente e incurável. O silêncio sobre as contradições favorece ilegalidades. A esse funcionamento de negação continuada Kabengele Munanga (2017) dá o nome de “inércia do mito da democracia racial brasileira” que, como todo o mito, funciona numa realidade em suspenso, apartada, e se mantém através de seu caráter inquestionável.

Elie Wiesel, judeu sobrevivente dos campos de concentração nazistas, em um discurso certa vez disse que o carrasco sempre mata duas vezes, a segunda pelo silêncio. Munanga confirma tal percepção e nos mostra que racismo brasileiro além de matar fisicamente, alija, pelo silêncio, a consciência das vítimas e da sociedade. Desmobiliza os oprimidos roubando sua coesão, cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo de formação de sua identidade e, portanto, de resistência. Os próprios símbolos culturais da resistência negra que se tornaram símbolos da identidade nacional – a culinária, a

música, a dança, e as religiões de matriz africana – são nivelados pela régua da mestiçagem: afirmam uma harmonia universal inexistente, quando, na verdade, antes de seu embranquecimento, eram rechaçados. A crença de democracia racial encobre e mascara a brutalidade do cotidiano.

Em 1988, uma pesquisa emblemática realizada pela Universidade de São Paulo (USP) apontou que 97% dos brasileiros entrevistados negou ter qualquer preconceito racial; por estes dados, apenas 3% da população já teria incorrido em práticas racistas. Sete anos depois, em 1995, o jornal Folha de São Paulo divulgou pesquisa semelhante e, na ocasião, 10% do montante geral declarou ter preconceito racial contra pessoas negras; embora seja um percentual maior se comparado à pesquisa anterior, é um índice ainda bem abaixo do que se inscreve na realidade cotidiana brasileira. A pesquisa da Folha, novamente realizada em 2011, revelou a manutenção dos resultados anteriores, ou seja, a negação de que todos nós, em maior ou menos grau, fazemos parte dos dados estatísticos da manifestação racista no Brasil (SCHWARCZ, 2020). Ora, negar o racismo brasileiro é como dizer que nenhum dos avós dos descendentes da Alemanha de Hitler era nazista ou que não existiram apoiadores do golpe militar em 1964 no Brasil: se todos são isentos, quem, então, inaugurou e manteve esses processos? Parece impossível considerar uma dinâmica independente de seus agentes, como se operasse por si mesma.

As três pesquisas supracitadas, no entanto, carregam algo em comum: em todas houve a atribuição do racismo a um terceiro. Em 1988, 98% dos entrevistados afirmaram conhecer alguém preconceituoso. Em 1995, 89% dos brasileiros reconheceu o Brasil como país racista e, em 2011, os resultados foram semelhantes, mantendo o reconhecimento do racismo a nível macro, mas negando-o na seara pessoal. Em suma, apesar de largamente reconhecido, o racismo brasileiro tem sua manifestação quase sempre atribuída aos outros.

As palavras de Munanga parecem, mais uma vez, nos servir para explicar tal dinâmica:

Resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos (2017, p. 41).

O racismo é uma das faces da dominação; e a dominação, embora corriqueira, não é evidente e, apesar de familiar, não é óbvia. Seu caráter sinistro permite uma compreensão quase sempre parcial e insuficiente. Dominação sem tradução é fonte de angústia: o trauma encoberto se refaz em mensagem enigmática e retorna vezes sem fim, clamando resolução (GONÇALVES FILHO, 2007b, 2018; LAPLANCHE, 1988).

O silêncio faz barulho. Ainda que não dito, o conflito é atuado. Urge que tragamos nossas feridas à tona para que, só assim, possamos curá-las; através de um processo doloroso, mas indubitavelmente necessário. O longo caminho a ser trilhado só poderá se perfazer através da palavra, possibilitando, pela construção de outras narrativas, também o desenho de novos cenários (VANNUCHI, 2017).

*

Nos quatro tópicos acima, trouxemos aspectos promotores de desenraizamento em maior ou menor grau: números que traduzem alguns fenômenos sociais; funcionamentos políticos e psicológicos como mantenedores de processos desiguais; dominação como processo violento e continente dos marcadores de iniquidade; e ainda o racismo que, no Brasil ocorre de maneira muito particular. Como enfrentamento deste cenário, o enraizamento numa comunidade aparece como horizonte possível.

Comunidade e Enraizamento

*A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

Eduardo Galeano

Uma pessoa em situação de refúgio não difere dos nativos por conta de sua condição de desterro. Um refugiado é outro não porque é refugiado, é outro por naturalmente sê-lo. Os refugiados, enquanto categoria, nem existem. O refúgio é todo plural, a começar pelo óbvio: as coletividades são feitas de *cada um* de seus integrantes, sempre ímpares, vários outros entre si mesmos. As diferenças inevitáveis entre os homens, como argumenta Simone Weil, jamais deveriam servir para justificar maior ou menor grau de respeito. Respeitar o outro precisamente ali na ausência de semelhança conosco, nos põe mais próximos de alcançar a igualdade; igualdade política que não é sinônimo de supressão das diferenças, mas pautada no reconhecimento da *outridade*.

Para que reconheçamos o outro como semelhante que não é apenas mais de nós mesmos, é preciso que vejamos seu rosto. É preciso que lhe dediquemos a atenção que propunha Simone Weil: atenção que dedica o olhar sem pretender interpretar. A visão ou audição praticadas sobre os refugiados, no entanto, são quase sempre aceleradas ou banais; esterilizam as manifestações densas e culminam em imagos magras ou até distorcidas. A humilhação social, resultado de operações que classificam grupos como superiores e inferiores, é assiduamente informada por percepções deste tipo, simplificadoras e enganosas, que contribuem para a formação ou manutenção de preconceitos e estereótipos.

No processo de estereotipia, assinala Ecléa (2004), nossa sensibilidade adota padrões de percepção já estabelecidos e socialmente disponíveis; as informações inéditas são interceptadas pelos padrões vigentes e impedidas de chegar à consciência. A atenção mora no tempo, demora; nossos primeiros contatos com o outro, entretanto, frequentemente desconsideram as minúcias e se acomodam numa apreensão geral. Repousamos nos estereótipos, que nos orientam depressa e mal sobre os outros. A opinião a que facilmente aderimos e a que nos apegamos recusa o espanto, a interrogação e o pensamento; deixa o contato com o outro sem

conhecimento e sem qualquer sentimento de sua singularidade. É necessário, senão descartar, deixar em suspenso a primeira visada, para que nos voltemos autenticamente para o outro e nos exponhamos ao seus rostos, mensagens e enigmas.

Como nos mostra Ecléa: “o mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real. A opinião afasta a estranheza entre o sujeito e a realidade. A pessoa já não se espanta com nada, vive na opacidade das certezas” (2004, p.122). A percepção precipitada e superficial dos outros faz perder a situação total em que as pessoas comparecem, faz perder o mundo de que nossa identidade depende. E a identidade de alguém é resultado de relações com a natureza, com a cultura e com uma comunidade de pessoas; a pessoa sem mundo é sem identidade. A originalidade de alguém vibra no modo que cada ser humano tem de assumir e modificar seus relacionamentos com os outros. Uma pessoa sem mundo é sem terreno onde mostrar sua singularidade, dimensão ainda mais viva que sua identidade, porque indomável, inapreensível e capaz de surpreender ou alterar identidades.

Se a indiferença está atrelada aos processos que permitem a dominação e a humilhação social, a atenção está intimamente ligada à possibilidade de formação de comunidade, baseada na interação, na convivência, na amizade que independe de intimidade, na solidariedade e na aceitação do outro enquanto diferente. Comunidade traduz-se na possibilidade do encontro e da partilha entre diferentes, no reconhecimento mútuo e na auto-realização; ultrapassa o conceito geográfico para assumir um caráter relacional onde se inscrevem novas possibilidades de enfrentamento político-sociais.

Gonçalves Filho elenca certas experiências para as quais nascemos mais ou menos preparados, mas que nunca seriam exitosas fora das relações comunitárias. Essas experiências cuja realidade e dignidade só encontram sustentação *nos outros*, constituem a comunidade:

Brincar e rir. Apreciar a aparência das coisas, zelar por certas coisas não porque sejam necessárias ou úteis, mas porque são bonitas. Desejar e não apenas consumir ou desgastar. Trabalhar não apenas como quem obtém alimentos ou utensílios, mas também como quem cria mundos, como quem faz cultura. Agir, praticar o inesperado, interromper o maquinismo natural ou social, não viver hoje de apenas repetir ontem. Viver além do imediato, viver do que morreu mas recordamos, viver do que ainda não nasceu mas esperamos.

Conversar. Mover-se por motivos políticos, motivos de cidade, que abraçam e ultrapassam motivos só de casa. A hospitalidade para o singular, a percepção e o abrigo de gente como percepção e abrigo de pessoas inconfundíveis. A solidão, a capacidade de estar só ou, como desta vez escreveu Clarice Lispector, a capacidade de “ter loucura sem ser doida” (2007, p. 191).

O sujeito, portanto, depende da comunidade, da coletividade política, para realizar sua natureza interna. Somente na comunidade ética, distinta do mero contexto funcional de atividades econômicas justamente pela existência de virtudes intersubjetivamente partilhadas, é que a determinação social da natureza humana alcançará seu verdadeiro desdobramento. Alcançar a vida em comunidade é alcançar a igualdade. E a igualdade sustenta-se na diferença, é celebrada no reconhecimento da alteridade:

Os iguais são os diferentes que se reúnem para a participação, reúnem-se para a conversa e colaboração, para trocar e compor pontos de vista, para trocar e compor iniciativas. Só há igualdade quando as diferenças podem aparecer. E as diferenças só podem aparecer quando o direito de conversar e colaborar estão reservados a todos e a cada um. Igualdade e pluralidade exigem-se mutuamente. A igualdade é o encontro dos singulares (GONÇALVES FILHO, 2009, p. 233).

Falar e agir entre iguais, ser reconhecido pelos outros como alguém digno de respeito e poder decifrar os enigmas dos processos de dominação, são elementos psicossociais indispensáveis que apoiam a resistência à dominação (SVARTMAN E GALEÃO SILVA, 2016). O enfrentamento da humilhação social estaria então na experiência da cidadania que, desenvolvida em território de iniciativas e conversas não econômicas, daria espaço à experiência de comunidade.

Só por meio dos laços comunitários é possível enraizar-se. Ao conservar o passado e sustentar a participação, a comunidade promove o enraizamento. O enraizamento e o passado são, para Simone Weil, necessidades fundamentais da alma humana. O passado querido e as raízes se confundem. A comunidade é feita das raízes fincadas na memória.

Neste processo, passado e futuro estão entrelaçados:

A oposição entre o passado e o futuro é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; somos nós que para o construir devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso possuir, e não possuímos outra vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana, não nenhuma mais vital do que o passado (WEIL, 2001, p. 50).

Weil afirma que o ser humano tem raiz por sua participação *real, ativa e natural* na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. *Certos* tesouros e pressentimentos, não quaisquer. As memórias e aspirações, por si mesmas, não formam raiz; apenas os tesouros e os pressentimentos valiosos e que mais falaram à alma de alguém é que trazem raiz. Enraizamento supõe amor: só o passado e o futuro amados, que eu escolhi e que me escolheram, é que serão conservados ou esperançados.

Entendendo a *comunidade* como lugar e prática de cura, Svartman e Galeão-Silva (2016) nos propõem três dimensões do conceito: a) comunidade como *espaço ético de convivência* e de sustentação de experiências humanas fundamentais; b) comunidade como *espaço coletivo de elaboração do sofrimento* causado pela humilhação social, espaço esse capaz de transformações psíquicas voltadas à promoção de formas mais organizadas e conscientes de enfrentamento político; e, por fim, c) comunidade como *horizonte utópico* de transformação social.

As três dimensões se entrelaçam, estando mais ou menos ligadas em alguns pontos. Os autores explicam que numa sociedade de classes como a que vivemos, estratificada e organizada em função do capital, a comunidade ética não pode pretender realizar-se sem a luta contra o que a ameaça: a desigualdade política. Nessa dinâmica, a primeira dimensão encontra a segunda na medida em que a orientação ética exige a simultânea elaboração do sofrimento decorrente da humilhação social. As dimensões ética e de elaboração, portanto, interdependem, exigindo-se mutuamente: a comunidade se constrói como grupo de convivência que, ao elaborar coletivamente o sofrimento decorrente da dominação, pode conquistar ou fortalecer a motivação política para o enfrentamento de situações de opressão.

Neste cenário, as lutas sociais comunitárias assumem, em maior ou menor grau, um horizonte utópico de atuação. Citando Gonçalves Filho (2003), Svartman e Galeão-Silva (2016) lembram que a experiência humana radical e a superação do problema da humilhação social dependeriam de uma organização econômica e política que representasse a superação dos antagonismos de classe nos quais estamos imersos.

Deste modo, a orientação utópica da comunidade parece reconfigurar a compreensão das dimensões anteriores como resistência à dominação, que passam então, a ser entendidas em seu sentido negativo, como possibilidades nunca totalmente exequíveis, mas ainda assim indispensáveis por fundamentarem a

necessidade de superação das contradições sociais. A dimensão utópica é o que nos permite entrever o sentido originário de comunidade como organização social *radicalmente democrática*, só existente a partir da efetiva superação das desigualdades de classes e das diversas formas de dominação entre nós (SVARTMAN E GALEÃO-SILVA, 2016). E se tal radicalidade parece inatingível, ora, não é motivo para não querê-la; que tristes os caminhos se não fora a presença distante das estrelas.

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Aqui apresentaremos o caminho percorrido por este estudo, seu modelo da investigação, objetivos, instrumentos, participantes, hipóteses consolidadas e processo de tratamento dos resultados. Por tratar-se de uma pesquisa piloto, buscamos para além da simples descrição do método, demonstrar o percurso de maneira analítica, apontando em que momento as escolhas foram acertadas e também onde houve limitação. Objetivamos, através deste exercício, o aperfeiçoamento da investigação quando continuada.

Justificativa

Atualmente o fenômeno do refúgio é responsável pelo maior fluxo migratório desde a segunda guerra mundial. Milhões de pessoas em todo o planeta foram forçadas a deixar suas casas por diferentes motivos relacionados à grave e generalizada violação de direitos humanos. Neste cenário, são incontáveis as produções acadêmicas em relação ao tema, no entanto, estes números reduzem à medida que elegemos as questões específicas relacionadas. Há muito mais pesquisas referentes aos números do refúgio ou a questões legais do que estudos qualitativos em Psicologia Social, por exemplo. São ainda mais reduzidos os números de pesquisas encontradas em bases científicas de dados que relacionem o refúgio às questões as quais este trabalho pretende explorar (dominação, humilhação social, desenraizamento, enraizamento e noções de comunidade).

Em comparação ao montante geral, também são poucos os artigos que tomem o depoimento dos próprios refugiados como parâmetro decisivo de investigação. Aqui, a experiência do refúgio foi definida como objeto de pesquisa, não o refugiado. Como nos orientam Gonçalves filho (2003) e Ecléa Bosi (2012), poder ouvir as pessoas sobre o problema a que estão visceralmente expostas é condição fundamental de objetividade na pesquisa de psicologia social; o passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente.

Acompanhados de Simone Weil e Ecléa Bosi, entendemos que enraizar-se é um direito humano tão fundamental quanto qualquer outro direito ligado à sobrevivência e que a negação desse fato pode culminar em graves consequências

para o sujeito, para a cultura e para a vida em sociedade. Considerando, então, a importância do processo de enraizamento dos refugiados no país escolhido como destino, tanto para sua saúde física quanto mental – sua identidade e dignidade, sua capacidade social e cultural, sua motivação e criatividade –, o presente trabalho se justifica pela necessidade de investigar de que maneira e sob que condições esses sujeitos continuam aqui, ainda enfrentando situações adversas, mesmo após a saída de seus lugares originários em busca de melhores circunstâncias.

O imigrante que viu na fuga sua única saída contra impedimentos materiais e morais é colocado no novo país numa linha tênue entre oportunidades e exclusões, acolhimento legal e rejeição prática de suas potencialidades. Alvo de estereótipos e preconceitos, frequentemente sendo sobrecarregado pelo estigma do refugiado: pessoa a temer, evitar e afastar. A investigação e compreensão de tais questões, em diálogo imprescindível com os sujeitos da pesquisa, nos permitiram alcançar resultados relevantes que esperamos serem capazes de subsidiar alterações e/ou favorecer inaugurações positivas e efetivas neste cenário, seguindo o compromisso, como indicado por Ecléa Bosi (2012), de que o conteúdo obtido do passado possa reverberar e fecundar o futuro.

O Modelo da Pesquisa

Entendemos que o psicólogo social enquanto cientista precisa ocupar um lugar de engajamento, abandonando a neutralidade e comprometendo-se com uma prática horizontal atenta ao cotidiano da comunidade em suas particularidades; precisa ser agente político e promotor da emancipação, possibilitando transformações efetivas no todo social. Adotaremos, então, o pensamento crítico fundamentado no diagnóstico do tempo presente e na orientação à emancipação, considerando o sujeito em suas relações e na sua vinculação com o todo social. Se o pesquisador e a pesquisa estão inevitavelmente ligados ao funcionamento social, veremos também que este estudo não teve qualquer pretensão de assumir-se neutro: foi todo ele orientado por aqueles que, sendo alvo da dominação, sofrem constantes golpes contra sua ação e participação.

A investigação se deu nos moldes de uma pesquisa qualitativa, representada pela interpretação de entrevista semiaberta de um estudo de caso único. A partir do

depoimento obtido, deu-se início, em caráter piloto, à investigação, identificação e compreensão de aspectos psicossociais relacionados à experiência de refúgio. A pesquisa qualitativa pareceu-nos adequada, tendo em vista que, de acordo com Minayo (2004), esta vertente trabalha com significados, motivos, crenças, valores e atitudes, aprofundando-se no mundo das ações e relações humanas, um lado que não é captável por equações e médias estatísticas.

O Estudo de caso é uma estratégia metodológica clássica de se fazer pesquisa nas ciências sociais, tratando-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente (tais como ciência política, psicologia comunitária e sociologia), em geral usa-se essa estratégia quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2015).

O caso único, neste estudo, foi eleito para assumir caráter piloto devido ao tempo necessário para a conjugação da análise vertical (hierarquização dos temas de interpretação) e análise horizontal (o conjunto dos temas hierarquizados, seus pontos de convergência e divergência). Além disso, não puderam ser desconsiderados os percalços enfrentados no decorrer da pesquisa e agravados pela pandemia de Covid-19; questão que será mais bem exposta no capítulo reservado ao percurso de realização da entrevista.

O método, tal como indicado por Gonçalves Filho, é algo que deve ser coordenado pelo objeto e não o contrário. Pensá-lo a partir do sujeito é fundamental. Sendo assim, a entrevista aparece como uma condição ainda mais decisiva que a observação participante para fazer do sujeito da pesquisa também partícipe da investigação. Nosso objeto é a experiência do refúgio e, para alcançá-lo, decidimos ouvir um refugiado e não só a pesquisadora. Limitarmo-nos à observação poderia favorecer a manutenção do refugiado num lugar de não participação, um lugar passivo que contribuiria para o desenraizamento. Nesse sentido, incluí-lo é possibilitar uma via de enraizamento, tomá-lo como participante contribui para que o refugiado possa pensar-se neste processo.

Foi acertado decidir que a pesquisa seria qualitativa e baseada em entrevista, pois isso nos possibilitou acesso a ingredientes da experiência do refúgio que, apesar de muito particulares, quando aliados à teoria, puderam nos indicar algumas constatações mais abrangentes e universalistas. Desta forma pretendemos,

em caráter de doutorado, ouvir outros sujeitos mais, onde contaremos então com o aprimoramento da condução deste estudo, a ser beneficiado pela testagem das hipóteses, métodos e procedimentos aqui utilizados.

Objetivos

Este estudo objetivou, com apoio da narrativa de um refugiado, identificar e analisar aspectos psicossociais ligados à experiência do refúgio, avaliando-os como fatores de desenraizamento e enraizamento. Pretendeu-se aqui, pilotar a investigação do modo como pensam sua condição e concebem os remédios para seus males.

Com vistas a alcançar este panorama geral, a pesquisa estruturou-se a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a. Apresentação de um breve aporte teórico, com questões que consideramos relevantes, pensadas a partir do contato com os refugiados;
- b. Obtenção de depoimento que nos favoreceu a identificação e análise dos aspectos pretendidos;
- c. Divisão da interpretação em nichos nos quais tenham emergido temas significativos ou reveladores aliados aos temas do desenraizamento (informado pela dominação, violência, humilhação social) e enraizamento (informado pela participação, solidariedade, comunidade).

Procedimentos Éticos

O presente projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e a coleta de dados foi iniciada apenas após a anuência deste Comitê. Foi também aprovado pela direção do Instituto Adus para realização da entrevista em suas dependências. O uso e a divulgação dos dados estão condicionados ao consentimento dos participantes (tanto aqueles mencionados no corpo da dissertação como aquele convidado às entrevistas gravadas). Foram seguidas todas

as medidas necessárias a fim de garantir sigilo e evitar indevida exposição dos sujeitos. A pesquisadora comprometeu-se a cumprir a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.

Ambiente e Participantes

A pesquisa foi realizada na sede do Instituto Adus, onde a Pesquisadora contava como parte da equipe voluntária. Os participantes foram todos os refugiados sobre quem, no Adus, a pesquisadora recolheu pequenas notas e, posteriormente, um depoente eleito para as entrevistas com roteiro.

Foi decisivo termos ouvido um depoente na forma de um modelo, pois sem a voz desse sujeito não seria possível alcançar algumas das compreensões que alcançamos. No entanto, apesar do favorecimento citado, por termos ouvido um único depoente, o caráter universalista, em alguns aspectos, ficou restrito ou impedido. Desta forma pretendemos, quando da continuidade deste estudo, ouvir outros sujeitos mais, de maneira a abarcar recortes de gênero, raça e classe, além de diferentes países de origem, por entendermos que a proveniência geográfica implicará na recepção conferida ao refugiado e por, sobretudo, sua origem trazer consigo o motivo particular da fuga, quase sempre informada por razões ligadas ao território.

Em relação ao ambiente, na entrevista realizada, o local foi definido pela pesquisadora. Julgamos que, ter oferecido ao depoente a possibilidade de escolha do lugar de escuta, poderia, desde aí, ter-nos fornecido informações relevantes sobre nosso narrador. Portanto, esta é uma prática que pretendemos futuramente adotar.

Coleta de Dados

Os dados foram coletados: 1) a partir de notas de observação quando do trabalho no Instituto Adus e 2) de depoimentos transcritos de entrevistas semiabertas gravadas, com roteiro e longa duração, obtidas através de dois encontros com o depoente. O número de encontros não foi previamente estabelecido e foram acertados entre pesquisadora e depoente no decorrer do processo de acordo com necessidade e conveniência.

Avaliamos que mais encontros poderiam ter beneficiado a pesquisa proporcionando maior aprofundamento de algumas questões, no entanto, não houve disponibilidade do depoente quando da coleta de dados e a escuta tardia implicaria na necessidade de maior tempo para o tratamento dos resultados.

Instrumentos e Materiais

i) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Ainda que o presente estudo seja caracterizado como pesquisa com seres humanos e, por isso, exija a assinatura do TCLE para garantia de direitos do depoente, foi solicitado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – CEPH/IPUSP a autorização da realização da pesquisa sem a apresentação do termo. Tendo em vista que a investigação visa coleta de memória de uma pessoa em situação de refúgio, a possível identificação do participante poderia oferecer risco a sua integridade. A solicitação foi deferida pelo Comitê de Ética e a pesquisadora assumiu a responsabilidade pela fidedignidade das informações e garantia dos direitos do participante.

*

A solicitação de dispensa do termo foi uma precaução tomada pela pesquisadora, anterior ao contato com o participante. No entanto, o depoente não fez ressalvas em relação à exposição de sua identidade, de forma que seu nome e dados pessoais serão utilizados tal como informados na ocasião da entrevista.

ii) Ficha de Identificação Pessoal

Corresponde a uma identificação simples do depoente, contendo seu nome, gênero, idade, naturalidade, estado civil, grau de escolaridade, religião, com quem reside, data de chegada ao Brasil, área de formação e ocupação atual. Tais informações foram colhidas junto ao roteiro de entrevista e posteriormente consideradas e utilizadas na interpretação do depoimento.

iii) *Diário de Campo*

Permitiu à pesquisadora tomar notas de episódios ou pequenos depoimentos que lhe tenham parecido muito significativos e não necessariamente ligados ao depoente principal. O diário foi indispensável para a elaboração do roteiro das entrevistas: as questões que concebemos nasceram de um sentimento do refúgio e de seus avatares psicológicos tais como primeiro compartilhados pelos depoentes no contato de campo.

iv) *Roteiro de Entrevista Semiaberta*

Como acabamos de assinalar, os temas e perguntas que orientaram as entrevistas foram buscados no contato de campo e nas notas registradas em diário. Um cuidado-chave na elaboração do roteiro foi que: as questões foram formuladas e dirigidas ao depoente de modo que suscitassem a memória e abordassem-no como um narrador, um contador de histórias. É assim que, segundo Ecléa Bosi e José Moura Gonçalves Filho, podemos proteger o depoente de se ver sem matéria para sentir e pensar, sem objeto, sem mundo, entregando-se então a opiniões vazias e a afetos óbvios sobre as agruras do deslocamento forçado.

Para ligar-se ao refúgio e à interrogação do refúgio de um modo que não seja vago, para não descarrilhar em angústia sem qualquer orientação sobre o seu sentido, para não recorrer a enunciados estereotipados, o depoente precisa apoiar-se sobre lembranças. Se compreender que desejamos ouvir histórias e não opiniões ou confissões afetivas, o depoente naturalmente cuidará para que o sentimento e o pensamento do refúgio sejam um trabalho da memória e, nesta medida, um trabalho que não perde o contato com o mundo. O depoente, quando lembra, supera efetivamente ideias automáticas e afetos abstratos, toca e interroga a vida concreta.

Entendemos que o refúgio é um processo que não se resume ao deslocamento. Inicia na fuga e estende-se à chegada, recepção e integração noutra país. Desta forma, o roteiro foi estruturado de forma a explorar: a) lembranças da vida pregressa, anteriores ao deslocamento forçado; b) lembranças relacionadas ao trajeto e à chegada; c) lembranças do passado recente, ligadas à nova realidade. Assim objetivamos, tanto quanto possível, o acesso à *experiência* da pessoa impelida ao refúgio. Tomaremos *experiência* como o ato de aprender a conhecer além dos limites e fronteiras; realização de um caminho de conhecimento, um

caminho afetivo ou cognitivo em torno de algo que nos é externo e que nos expõe. *Experiência* aqui será considerada como um conhecimento obtido pelos sentidos, que completa um percurso acerca do que é exterior.

Por todo o exposto, consideramos o roteiro estruturante desta investigação e julgamos necessário apresentá-lo no apêndice como parte da pesquisa, tal como foi utilizado no contato com o depoente.

Hipóteses Consolidadas

Inicialmente relacionamos o problema do refúgio enquanto fenômeno de desenraizamento à recepção ambígua conferida aos refugiados e à dificuldade de ingresso, vida e trabalho no país destino. Deste modo, a participação, a solidariedade e a noção de comunidade compareceram como fatores de enraizamento, contando como remédio ao problema identificado.

Neste cenário, as questões que iremos sustentar contam com proposições de dois tipos: 1) as que foram pressentidas pela pesquisadora no contato com os refugiados, abaixo descritas nos cinco primeiros tópicos, do a ao e; e 2) aquelas inicialmente não consideradas, mas reveladas pelo depoimento, descritas nos três últimos tópicos, do f ao h.

A narrativa a que tivemos acesso foi fundamental: as hipóteses primeiramente identificadas se beneficiaram do contato com o depoente, de forma que os aspectos antes apenas genericamente identificados puderam ser mais bem definidos, e as questões suscitadas através da entrevista não teriam sido possíveis senão pela voz de nosso depoente.

a. O exame da condição de um refugiado exige atenção e cuidados de psicologia social. No país de destino, o desamparo do refugiado não é fato meramente material, econômico ou cultural, como se resultasse de fatores impessoais, é desamparo assiduamente informado pelo desprezo. Um desprezo sentido de pessoas e de instituições que, afinal, é informado por dominação. Nesse contexto, o refugiado negro estará ainda exposto aos golpes do racismo. Os dominados não são admitidos na roda social, ou são admitidos para serem explorados, são temporariamente empregados para serem depois dispensados, tudo

implicando um máximo de rendimentos e um mínimo de direitos humanos. O refugiado é acossado por dupla violência e que poderíamos exprimir de três formas mais ou menos equivalentes: a violência é material e moral, é econômica e psicológica, é cultural e política. As violências material, econômica e cultural pedem o remédio da moradia, do trabalho e dos bens propriamente culturais, mas este remédio fica sem providência quando as violências moral, psicológica e política ficam sem reconhecimento e sem o remédio do respeito que vem pela participação numa comunidade, ou seja, pelo enraizamento ou pela cidadania. A humilhação ou a desmoralização é assídua arma de dominação e muito eficaz: a humanidade do comandado e explorado, não sendo sentida, faz com que a opressão e a espoliação também não o sejam.

b. A ruína do refugiado não é inata; é, antes, construída pelo desprezo pessoal de grupos, de indivíduos que representam grupos e pelo desprezo neutro das instituições, aparentemente impessoal. A constante ameaça de ruína exige constante esforço e luta em sentido contrário: defender-se de um ambiente hostil; foi o que Winnicott (1983) percebeu, capaz de produzir uma vida humana que não sente mais sua existência e vai assemelhar-se à vida de bonecos. Uma pessoa retirada de mundo a que pertença e que lhe pertença é alguém sem identidade e sem terreno onde revelar sua singularidade. A condição de desenraizamento do refugiado representa um ataque contra sua cultura e contra o senso de si próprio como alguém.

c. A ambivalência é marca indelével na recepção dispensada aos refugiados em seu local de destino: seduzidos por progresso potencial, vivem objetivamente condições, sobretudo, impeditivas. Ao mesmo tempo são atraídos e rejeitados, fator de angústia confusional. Esta ambivalência caracteriza não simplesmente o contato do nativo com o estrangeiro, mas o contato dos dominadores com os dominados: se não o podemos subordinar e punir, o dominado é sentido como ameaça.

d. O refúgio traz, quando não a indigência profissional (desemprego), pelo menos, o empobrecimento da qualidade do vínculo laboral. O encolhimento profissional é fator de desenraizamento entre pessoas em situação de refúgio: trabalham para ter o que comer, o que vestir e onde morar; nessas condições trata-se de um trabalho puramente econômico e não vocacional, reduzindo a qualidade do vínculo do sujeito com o mundo.

e. A sensibilidade, a imaginação, as lembranças, o pensamento, são surpreendentemente estimulados em ocasiões que nativos e estrangeiros festejam seus bens e dons diversos, suas diferenças, substituindo o antagonismo pela troca. A alegria que se liga a isso é remédio raro, mas remédio contra humilhação dos estrangeiros e a soberba dos nativos.

f. A estrangeiridade psíquica antecede o refúgio e começa a ser sentida ainda no país de origem, quando há a ruptura de certa ordem até então estabelecida. Antes de ser considerado estrangeiro no país destino, o refugiado passa a sentir-se estranho em seu país natal que, a partir de certo ponto, vai dando sinais de que já não pode acolhê-lo.

g. No refúgio, frequentemente não há possibilidade de eleição do destino de fuga. No entanto, havendo campo para escolha, passam a operar razões no percurso que são interiores e pessoais e que, desde o início, começam a valer como remédio para a pessoa arrancada de seu mundo. A escolha do país de destino guarda motivo fundamentalmente político, mas pode ser também definida por questões afetivas e a possibilidade de participação neste processo implica em menor grau de desenraizamento.

h. O racismo é velho conhecido de pessoas negras. O racismo brasileiro, no entanto, se torna uma descoberta ao adventício. Com seu funcionamento próprio e inicialmente oculto, não tarda revelar-se. A descoberta dessa dinâmica não dependerá da sensibilidade do sujeito em perceber sutilezas cotidianas: ele, eventualmente, será violentamente empurrado a isso.

Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados a partir de parâmetros retirados de José Moura Gonçalves Filho (notas escritas de orientação, 2019-2022) e de Laurence Bardin (1977). Há uma psicologia representada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IPUSP e que inclui diálogo importante com Ecléa Bosi, Simone Weil, Hannah Arendt, Winnicott e Laplanche: uma psicologia social personificada por docentes e pesquisadores, dentre os quais, José Moura Gonçalves Filho. O leitor verificará que na interpretação houve o investimento de uma atitude fenomenológica (ligada à orientação Gestaltista e Bosiana de meu orientador) e

também Psicanalítica (ligada outra vez a meu orientador e também à minha própria experiência profissional). O trabalho de análise está, então, planejado tal como abaixo detalhamos:

I) Análise Preliminar

Consistiu na leitura flutuante das questões contidas no depoimento transcrito. No contato inicial com a narrativa não houve a antecipação de quaisquer hipóteses, tratando-se de uma leitura livre de julgamentos pré-formados. Aqui a sensibilidade esteve direcionada aos enunciados muito significativos: os enunciados claros, compreensíveis, inspiradores e os enunciados opacos, enigmáticos, intrigantes. Foi feito um inventário flexível destes enunciados (já reveladores ou enigmáticos) e que o progresso da análise então nos levou a confirmar, desdobrar, compreender, decifrar, alterar ou abandonar. Nesta etapa, estivemos especialmente atentos aos enunciados que alcançaram e enfrentaram as perguntas desta pesquisa.

II) Elaboração de Conjuntos Temáticos

Neste momento houve a identificação dos enunciados ligados por afinidade de assunto: convergentes ou divergentes sobre um mesmo ponto, reforçadores ou contraditórios. Foram assim validados e reunidos por conjuntos temáticos, temas diretores de interpretação. Foi também nesta etapa que a pesquisadora definiu mais seguramente os documentos externos que pareceram comunicar-se com os temas destacados: documentos de que já vinha dispondo ou documentos inéditos que tiveram sua recomendação orientada pelos temas discriminados.

III) Interpretação Conclusiva

Entendemos que ler um depoimento é acompanhar de perto as palavras e intenções do depoente, entrando em contato com os problemas pelos quais parece transitar. Desde então, interpretar definitivamente o depoimento traduziu-se em: a) buscar relações entre os ingredientes de um tema ou conjunto temático; b) buscar relações entre os próprios temas ou conjuntos; c) apontar as vezes em que a interrogação de um tema pelo depoente pareceu resolver-se muito facilmente, valendo-se como que automaticamente de interpretações disponíveis ou viciadas; d) identificar relações postas ou esboçadas pelo depoente, progredindo na

compreensão do seu ponto de vista e do que deu a pensar, ousando completar caminhos de pensamento que o depoente abriu e orientou sem, todavia, perfazer.

Desta forma, as relações foram alcançadas pela coerência e também pela pelas contradições do depoimento. Um depoente ganha e perde os seus temas, interroga-os e evita interrogá-los, ora aproxima-se deles livremente, ora afasta-se angustiadamente, afirma e infirma ideias, ganha e perde ideias, passa sem notar por ideias contrárias. Aprendemos com os caminhos e descaminhos de um depoimento, sua orientação e sua obscuridade, sua calma e suas perturbações, seus enganos e desenganos, suas inspirações, seus trechos obscuros, sua eloquência e seus silêncios. Um tema ganha sentido tanto pelas traduções quanto pelos desvios ou distorções que parece igualmente imantar. Nossas interpretações nutriram-se de toda esta aprendizagem. Assim, a interpretação foi, afinal, formada pelo encontro e desencontro entre a experiência da pesquisadora, a narrativa do depoente e a conversa com os autores de referência eleitos.

4. A EXPERIÊNCIA DE UM REFUGIADO: DESENRAIZAMENTO E ENRAIZAMENTO

4.1. Dos Caminhos Para a Entrevista

Optamos por compartilhar o caminho percorrido e os percalços enfrentados até a realização da entrevista por julgarmos tal percurso parte integrante do processo que, desde o início, nos apontou questões relevantes sobre o problema do refúgio.

*

O Adus oferece à sociedade um trabalho muito relevante, mas infelizmente, a dinâmica de funcionamento administrativo e o pouco espaço físico não permitem que as pessoas utilizem a sede de maneira a se demorar, a rotatividade é grande. Além disso, o refúgio arrasta as pessoas para uma condição de vulnerabilidade generalizada; difícil doar tempo a alguém quando esse mesmo tempo é valioso para resolver questões formais da situação migratória, procurar emprego e tantas outras demandas urgentes da vida. Mais difícil ainda mexer em ferida aberta: o Adus recebe, majoritariamente, pessoas recém-chegadas ao país. De maneira que, apesar de eu já estar inserida lá bem antes do início da pesquisa, não foi nada fácil conseguir quem estivesse disposto a contar sua trajetória em minúcias.

De quem me aproximei, vez ou outra ouvia valiosas histórias; mas a barreira se impunha quando realizado o convite oficial para a participação de uma entrevista estruturada. Das pessoas que eventualmente encontrei dentro do perfil inicialmente esperado, não houve quem aceitasse participar. E mesmo depois, com o recorte alargado, as dificuldades se mantiveram: o convite era recebido como ultraje ou apenas negado devido às condições práticas da vida cotidiana. Houve quem aceitasse falar mediante pagamento, e em longo processo de orientação decidimos que, apesar dos entraves que vinham se impondo, não faria sentido para esta investigação obter um depoimento comprado.

De todo modo, os impasses enfrentados pela pesquisadora parecem explicitar a vulnerabilidade por vezes visceral em que se encontram essas pessoas; relutantes em firmar parceria, necessitados de quase tudo, sem tempo para o que não se configure como absolutamente necessário.

A chegada da Covid-19 complicou ainda mais a situação. Em março de 2020 foi identificado no Brasil o primeiro caso, a Organização Mundial da Saúde declarou situação de pandemia e, pouco depois, foi publicado decreto legislativo reconhecendo estado de calamidade pública no país. A sede do Adus foi fechada e os atendimentos interrompidos. Meu contato com os refugiados, que naquele momento eu pretendia alargar, praticamente não aconteceu a partir dali.

Dada a dificuldade continuada e todas as questões que foram se impondo, para que fosse possível dar prosseguimento à pesquisa em meio à pandemia, o recorte foi ampliado e o número de entrevistados reduzido ao mínimo. Inicialmente pretendia-se realizar o estudo com três depoentes, sendo todas mulheres negras, visando, para além do recorte da negritude, situar esta pesquisa também a partir da consideração das repercussões de um recorte do gênero feminino. O cenário, no entanto, nos permitiu a realização de entrevistas com apenas um depoente, sendo este um homem negro.

Como já mencionado, esta única entrevista irá favorecer a realização deste estudo em caráter piloto, pretendendo a continuidade da investigação que se beneficiará desta e, então, enfrentará outros casos mais. Esperamos assim que este processo possa contribuir para a consolidação do roteiro de questões e das hipóteses de interpretação aqui assumidas.

Finalmente, depois de muitas tentativas frustradas, conheci Carlos através de uma amiga. Carlos aceitou compartilhar sua história e a partir daí mantivemos contato virtual. Em novembro de 2020 nos encontramos na sede do Instituto Adus, ainda fechada ao público àquela altura. Foi a primeira vez que Carlos e eu nos encontramos presencialmente e a entrevista foi realizada no mesmo dia, tendo durado cerca de 2h. Após a transcrição da entrevista, foram percebidas algumas lacunas e houve então outro breve encontro, desta vez por chamada de vídeo, em janeiro de 2021.

O resultado desses encontros será apresentado no próximo capítulo, aliado às direções interpretativas orientadas pelo aporte teórico anteriormente exposto. No início de cada tópico será identificado o principal núcleo de sentido emergente e, em seguida, traremos a análise das memórias do depoente onde optamos por, tanto quanto possível, preservar sua voz através da manutenção de trechos literais de sua fala.

4.2. A História de Carlos

Venezuela

O deslocamento forçado e seu fundamento político

O objetivo deste estudo não é traçar um panorama político do país de origem de nosso depoente, contudo, por esta pesquisa estar fundamentalmente pautada na assunção do viés político como basilar e estrutural de uma sociedade, pareceu-nos válido ressaltar que o caminho percorrido por Carlos traz à tona questões que exigem algum contorno, questões estas ligadas à construção do que hoje se configura como cenário na Venezuela.

Para além da parcela de responsabilidade conferida com justeza ao governo venezuelano pelos graves problemas que foram se construindo e são hoje enfrentados a partir de práticas autoritárias e violência política traduzida na perseguição de opositores, é necessário reconhecer que essas várias questões foram forjadas não só internamente. A crise na Venezuela tem relação intrínseca com as ações imperialistas que visam a desestabilização política e econômica de governos que contrariam os interesses do capital e supõem maior participação popular.

A Revolução Bolivariana surgiu baseada em valores de solidariedade regional e desenvolvimento social; internamente enfrentou elementos falhos e corruptíveis inerentes a qualquer processo humano, no entanto, desde seu início, lidou também com diversos entraves relacionados aos ataques externos à soberania do país que contribuíram diretamente para o incremento de divergências já existentes ou para a criação de novos conflitos.

De acordo com Vijay Prashad, este processo promoveu a criação de uma guerra híbrida, cenário que o historiador define como “tentativas de golpe ou enfraquecimento do Estado a partir de uma combinação de meios convencionais e não convencionais, por meio de uma gama de atores estatais e não estatais que perpassa o espectro da vida social e política”. Vijay afirma que esta guerra não é travada necessariamente com exércitos em um campo de batalha; forma-se primeiramente como guerra ideológica que busca moldar a maneira como a realidade é percebida. É um processo de construção de narrativa e, eventualmente, leva a um efetivo conflito de manobra que culmina na derrubada de um governo.

Como ficará exposto mais à frente, nosso depoente não parece agir a partir deste ponto de vista. Denunciou um esquema de corrupção sem, no entanto, conseguir identificar os ingredientes políticos de sua denúncia. Afirma ter sido movido somente a partir de sua condição como jornalista e de seu “dever enquanto cidadão” o que parece ganhar um revestimento moral, esgotando as repercussões que provavelmente trariam uma percepção mais ampla a partir do funcionamento político abrangente.

Ainda que a pessoa em situação de refúgio não se aproprie deste lugar político, a causa do refúgio – seja ela qual for – é fundamentalmente política. Fatores econômicos, sociais, étnico-culturais, ambientais, nunca isoladamente explicam o refúgio. São todas essas questões precedidas, abraçadas e carregadas por determinação política: o fato político é justamente o que possibilita distinguir e relacionar os vários ingredientes da causa determinante do deslocamento forçado.

Vejamos por exemplo que, mesmo as causas ambientais, talvez as menos obviamente ligadas ao problema do refúgio, são também fundamentalmente políticas. Um espaço geográfico que enfrente as consequências da ação da natureza está, antes, ligado ao modo como fazemos uso do meio favorecendo e alimentando maus desfechos; e está, depois, relacionado às políticas públicas pensadas e aplicadas para o enfrentamento da crise gerada. Uma população amparada por medidas governamentais não será empurrada ao desterro, forçada ao deslocamento. Desse modo, nos parece claro que os fenômenos ligados a enraizamento e desenraizamento nas sociedades humanas são sempre reconhecíveis como fenômenos politicamente determinados.

*

Carlos tem 39 anos, é jornalista, negro, nascido em Caracas, capital venezuelana. Passou a infância com o irmão mais novo e os pais, entre as cidades de Santo Antônio de Los Altos e Los Teques. Viveu a adolescência na ilha de Margarita e sua juventude e adulez em Maracay.

Na Venezuela, trabalhou na administração pública durante dez anos, sendo os últimos três como gerente de produção de um canal estatal de televisão

que pertence ao governo do Estado do Aragua. Em suas palavras, como gerente, ele era “a pessoa de confiança do governador” e assinava os orçamentos do canal. Ao perceber superfaturamento em alguns desses orçamentos, realizou uma denúncia contra o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), na pessoa do então governador cuja identidade pediu que não fosse explicitada.

Carlos não assume qualquer envolvimento político com a denúncia, tampouco se reconhece militante. Ao contar da saída do país, fala da situação da Venezuela e do seu motivo de fuga como duas coisas completamente apartadas.

Eu vim pra cá não pela situação que está hoje em dia na Venezuela, pelo contrário... Não, eu vim por outras circunstâncias. Eu vim por perseguição política, porque eu trabalhei dez anos na administração pública, então eu sempre trabalhei para o governo e meu último emprego lá na Venezuela era de gerente de produção de um canal do Estado, e eu já era a pessoa de confiança do governador daquele momento, então eu assinava orçamentos, e como eu denunciei fatos de corrupção aí fui prejudicado, então chegou ao ponto de eu ser até sequestrado, minha família foi ameaçada de morte. Foi esse o fato que me fez sair do meu país.

Para ele, o superfaturamento servia tão somente para o benefício pessoal das pessoas envolvidas, sem qualquer relação com o funcionamento da máquina pública. Entendemos, no entanto, que numa sociedade ditada pelo capital, também o fazer político é influenciado pela lógica capitalista. Embora frequentemente a verba desviada sirva ao usufruto pessoal, o benefício do grupo político não está descolado deste funcionamento.

Carlos conta que questão foi percebida em conjunto com outros colegas de profissão, mas só ele foi até o fim com a denúncia. A partir de então passou a sofrer perseguição política, foi sequestrado e viu ameaçada a sua vida e a vida de seus familiares e amigos. Sobre o sequestro, ele ainda fala com certo receio. Durante muito tempo relata ter evitado lembrar-se da situação: “quando eu lembrava me machucava muito, eu chegava a chorar e a ficar em pânico”.

Certo dia chegando em casa, Carlos foi abordado por alguns homens que o mandaram passar para a parte de trás do carro no qual estava. Pensando se tratar de um assalto, pediu que levassem o carro e o deixassem ali. Quando começaram a golpeá-lo e fizeram ameaças diretas a sua família e amigos caso ele insistisse na denúncia que havia feito, Carlos entendeu o que estava em jogo.

Horas depois foi deixado em um terreno baldio ao som de tiros disparados no ar enquanto ele corria. Durante algum tempo apenas correu sem parar. Por um momento achou ter sido baleado e, quando voltou a si, investigou seu próprio corpo em busca de ferimentos que a adrenalina pudesse ter encoberto. Depois de atestar sua integridade, andou “todo o tempo do mundo” até encontrar paisagem que pudesse reconhecer. Eram quase 4h da manhã quando conseguiu chegar em casa e falou com os pais sobre o acontecido.

Entre o sequestro, em março de 2016, e sua saída da Venezuela em junho no mesmo ano, transcorreram-se três meses. Nesse período abriu mão do celular, andava sempre desconfiado, dormindo cada dia num lugar diferente, achando que não acordaria mais. Sua família constantemente recebia ligações anônimas com ameaças de morte. Decidiu então que primeiro garantiria a segurança de seus pais. Mandou-os para o Equador e só depois entendeu que também não poderia permanecer ali.

Brasil!

A escolha afetiva do país destino e seu caráter participante

Havia em Carlos uma ligação pregressa com o Brasil. A política forçou a fuga e os afetos orientaram a escolha. O Brasil parece ser sentido por Carlos como mediador de relações com heranças africanas mais ou menos modificadas, ligação que compareceu na escolha do destino: o Brasil aparece como um colo preto. Aqui, a motivação política para o refúgio ou a motivação econômica, social, ambiental não parecem ter agido tanto quanto a motivação étnico-cultural, fortemente informada pelo sentimento de pertença.

A escolha do país de destino guarda motivo fundamentalmente político, mas pode ser afinal, também definida por um motivo muito personalizado e em que a escolha do país-colo já representa alguma solução para o problema político, a expulsão do país-mãe. Havendo campo para escolha (e o refugiado frequentemente não a tem e foge para onde simplesmente é possível fugir), desde aí operam razões para o percurso que não são só exteriores ou impessoais e que já começam a valer como remédio para a pessoa profundamente desolada, órfã de território, desterrada e arrancada de seu mundo próprio.

O refúgio é experiência de desenraizamento. Porém, tanto menor quanto maior a chance de o refugiado participar do processo de ingresso, vida e trabalho noutro país.

*

Em junho de 2016, sem avisar ninguém, Carlos fechou a porta de seu apartamento e saiu com algumas malas rumo ao Brasil. Tendo uma relação anterior com o país, sua escolha não foi por acaso:

Quando tive que tomar a decisão de sair do meu país eu nunca duvidei em vir pra cá. Porque desde que vim pra cá sempre me senti mais em minha casa do que em meu próprio país, quando voltava pra Venezuela me sentia como se não fosse daquele lugar. Eu me sentia mais... Não brasileiro, mas me sentia mais à vontade, mais tranquilo, mais feliz aqui do que no meu país [...] E essa receptividade eu sempre senti tão bonita, tão legal. Você fala bom dia, todo mundo responde, qualquer bar te oferece um pouquinho de café, sei lá, alguma coisa assim tão simples, coisas que meu país não tem.

Carlos e o Brasil têm história de longa data. Quando criança, os finais de semana em casa eram preenchidos por Alcione, Simone e outras tantas cantoras e cantores de músicas populares brasileiras ouvidas pelo pai: “desde criança fui escutando e sempre achei maravilhoso, eu não entendia nada [risos], mas nossa... que lindo!”. Sensível, mesmo “sem entender”, encontrava beleza no que ouvia.

Em 2004, aos 20 anos, muito antes de saber que um dia precisaria buscar refúgio em outro país, Carlos buscou instrumentos para decifrar o que sua sensibilidade já compreendia: procurou o consulado brasileiro na Venezuela em busca de aulas de língua portuguesa. Sua primeira vinda ao Brasil aconteceu três anos depois, em 2007, por conta de campeonatos de capoeira. Desde então passou a participar anualmente de eventos direcionados a reunir sub-sedes de capoeiristas de diferentes países, em Fortaleza, no Ceará. Tais eventos eram sempre aliados as suas férias, de forma que Carlos passava longos períodos na cidade nordestina.

Carlos demonstra grande estima pela prática da capoeira e isso parece já nos orientar sobre seus valores e recursos. Exercício de sociabilidade e

solidariedade entre escravizados, a capoeira nasceu como prática de resistência, um jogo de sobrevivência que representa a luta entre o não matar e não morrer, e ainda hoje extrapola a simples representação cultural. O capoeirista, dizia Mestre Pastinha, não é aquele que sabe movimentar o corpo, e sim aquele que se deixa movimentar pela alma. Intensamente ritualizada, a capoeira é representação da identidade de um grupo racial e congrega valores, uma hierarquia e um código de ética, compartilhados coletivamente. Foi através dela que suas vindas ao Brasil começaram, e também através dela fez alguns amigos em solo brasileiro ainda antes de precisar vir definitivamente.

[...] eu ficava duas semanas a mais (depois dos eventos); até já cheguei a ficar dois, três meses lá (em Fortaleza). Eu sempre tinha assim aquela coisa de 'ah, eu gostaria de morar aqui no Brasil' mas era porque naquele momento eu *tava* de férias e aí você tem aquela emoção, tá curtindo tudo, adorando, mas você já tinha uma passagem de volta, entendeu?

Quando conta de suas vindas ao Brasil, parece ter ciência que a percepção de país perfeito se dava justamente porque sua estada não era permanente. Uma casa antiga e muito bonita, mas que seja cheia de defeitos, não apresenta ao visitante todas as suas imperfeições num primeiro contato. É preciso morar e demorar para que a mácula se revele.

As doenças do Brasil

Encarando a iniquidade social: o desvelamento de um mundo inimigo

O desenraizamento faz a experiência de um mundo adverso. Carlos vinha de um mundo mais ou menos amigo e caiu num mundo inimigo. Como refugiado, descobre um Brasil profundo para além de Fortaleza, a cidade que docemente o recebia nas férias.

O Brasil do refúgio expõe uma realidade trágica e adensada, antes não revelada. Na Venezuela, em certa medida, Carlos participava da condição de um cidadão que experimentava certos privilégios de classe; no Brasil, na condição de refugiado, é lançado ao destino das classes exploradas e muito espoliadas, é trazido para o meio de gente que sofre golpes contínuos contra a participação

(contra a ação, a conversa, a organização coletiva, as escolhas e as contestações, as reivindicações e os protestos).

O trabalho, a moradia, a alimentação, o lazer do refugiado não estarão garantidos e o acesso a tudo isso será regulado pelo que é possível e não pelo que é desejado, será regulado pelo sentimento de mundo estranho e não mundo próprio, mundo antagonista e não mundo parceiro: a relação com a realidade será sentida como um confronto e não como uma conjugação. É assim a condição primeira dos refugiados e pode assim prolongar-se indefinidamente.

*

Durante sua chegada, Carlos foi tomado por muitas tarefas formais e bastante urgentes da vida prática. Neste processo conheceu o Brasil de fato e durante um tempo a capoeira precisou ficar em suspenso. O Brasil do refúgio parece confiscar a participação antes concedida: a capoeira, nascida no Brasil, foi mais presente na vida de Carlos quando ele não morava aqui.

Hoje tida como um dos símbolos emblemáticos do Brasil e considerada patrimônio cultural imaterial da humanidade, a capoeira já teve sua prática criminalizada e durante quase 50 anos foi um exercício ilícito. A falta de políticas afirmativas pós-abolição não foi mero acaso; se o Brasil colônia inaugurou a criminalização do existir negro, o Brasil república foi se formando de maneira a garantir que essa população permanecesse à margem da lei.

Em 1941, a lei da vadiagem assegurou a continuidade da criminalização da negritude e agora da pobreza. Dado o funcionamento escravista do país, a maior parte da população pobre era também negra e passou a enfrentar então a força do Estado por duas diferentes vias. Livres do cativo, mas jamais libertos do estigma da escravidão, ainda hoje a população negra no Brasil compõe maioria entre os mais pobres, tem menos acesso à educação e, conseqüentemente, recebem menores salários. Nessa dinâmica, a necessidade impele ao trabalho e o trabalho mal pago obriga a dupla jornada. O tempo não sobra.

O direito ao lazer e ao ócio é historicamente negado ao negro e ao pobre. Não foi mero acaso o fato de Carlos ter se afastado de uma prática para ele muito significativa. Se o trabalho rende pouco, há que se trabalhar incansavelmente

para que o retorno que garanta, pelo menos, a subsistência. Assim, a opressão empurra o sujeito a uma relação utilitária com as coisas.

Lembrando os escritos de Simone Weil, veremos que o assalariado compõe uma condição social que está inteira e continuamente presa ao dinheiro na medida em que o salário por empreitada obriga o trabalhador a ter sua atenção sempre voltada à contagem de cada centavo. É justamente nessa condição que o desenraizamento é um problema mais agudo, pois a necessidade nega a vida, anula o ser, restringe a ação e incentiva o comportamento.

O enraizamento supõe participação, e a participação feita de alma, é o núcleo do enraizamento e antagonista da alienação. A participação implica em mistura do Eu com o trabalho, do Eu com o outro e do Eu com o mundo; a obrigação sem participação aparta o sujeito do mundo, obriga-o ao trabalho e às instituições. Com a participação impedida, também a formação de raízes fica comprometida.

Para além do colo, o Brasil expôs para Carlos os aspectos de uma experiência forçada, cuja participação ficou empobrecida:

Nesse caso já foi diferente porque eu não tinha uma passagem de volta, aqui quando eu cheguei foi totalmente diferente [...] Não tô de férias, vim pra cá pra recomeçar minha vida do zero. Então, logicamente que foi duro no começo né, ter começado do zero, se organizar novamente. Lá na Venezuela eu deixei minha casa, o carro, família, deixei tudo, eu só fechei a porta e vim embora, eu saí pra resguardar minha vida. Eu cheguei aqui sem muitas condições econômicas, então era aquele desespero que era primeiro normalizar minha situação migratória, documentação, tirar a carteira de trabalho e depois ir atrás de um emprego.

Fragilizado, Carlos atribuiu sua dificuldade de conseguir trabalho ao trauma, quando deveria, antes, considerar sua condição social agora empobrecida e vulnerável.

Muita coisa, muita pressão... Eu também tava recente de sofrer o sequestro, então eu me fechei muito, não explicava muito para as pessoas o porquê de eu estar aqui, então eu ficava numa situação... Não entrava em detalhes porque foi muito traumático o processo, quando fui sequestrado [...] Deixei fechar muitas portas porque eu só tava procurando (trabalho) na minha área de jornalismo, então aí fechava muito mais, porque eu só queria o que sabia fazer, então pode ser que eu tenha tido outras oportunidades e deixei passar.

Surge um falso problema, mais difícil de ser resolvido: a responsabilização pessoal pelo que é uma questão social. Lembrando Bauman, veremos que o funcionamento da sociedade frequentemente incita os sujeitos à busca de soluções biográficas para contradições que são, em sua origem, sistêmicas. Carlos, sozinho, não irá resolver uma situação que requer remédio coletivo.

Quando afirma que “só queria o que sabia fazer”, Carlos dá sinais de que não vive apenas para realizações econômicas. Está dizendo: “Eu posso me proteger contra o desenraizamento no Brasil sendo jornalista”. Aqui o trabalho conta como instituição de socialização e participação: enquanto fenômeno de integração à vida social, o trabalho não alienado, não esvaziado, não fragmentado, aquele que não atua como fator de subordinação e dominação, é capaz de promover o enraizamento.

No entanto, o trabalho também pode representar um tipo de socialização servilizante, produtora de desenraizamento: socializar-se para *menos* vida, a socialização do dominado.

No começo foi difícil porque tava procurando só na minha área. Uma das coisas que me chocaram muito foi que quando eu dava meu currículo eles falavam assim “nossa, você é jornalista...”. Ter uma formação era uma limitante pra mim. Quanto mais formação você tem, é mais limitante. Então tive que fazer dois currículos, um era o meu currículo e no outro eu mal sabia ler, e foi com esse outro que me chamaram. Durante muito tempo eu só conseguia bicos aqui, comecei a pegar qualquer coisa, coisas mais simples, serviços gerais, qualquer coisa, também fazia limpeza de tapetes pra essas empresas grandes tipo Facebook, Google, mas não tinha toda semana... Uma vez fui pra uma entrevista na minha área, em uma agência de publicidade, e o cara falou assim “ah, não... se você entrar eu vou embora porque você foi gerente...” E eu falei “não, eu não quero ser gerente aqui”, mas ele começou a me enrolar... Aí eu desisti de procurar minha área.

Carlos, por um momento, perdeu o mundo e ficou fora dele. Estar desempregado fora de seu país o empurraria cada vez mais rápido rumo ao desenraizamento total, retirando-lhe inclusive possibilidades de sobrevivência. Ele então se agarrou a um trabalho empobrecido como uma boia para não ser excluído do mundo: ao mesmo tempo em que essa transição representa uma experiência de desenraizamento profissional em relação a sua profissão anterior,

mostra-se importante para o início de seu processo de enraizamento. Ao adotar a experiência de trabalho possível enquanto agente de limpeza, fez valer um enraizamento mínimo. Poderia, ao contrário, ter-se desenvolvido a partir da condição de desenraizamento, indigente e, no entanto, assumiu com muita dignidade um trabalho possível naquela altura, não abandonando os desejos da alma. Não tendo sido derrotado pelo desenraizamento, Carlos amadureceu grandemente e fez muitas descobertas importantes.

O inferno são os outros

Descobrimo o racismo: a acentuação do mundo inimigo

Filho de mãe branca e pai negro, Carlos se diz mais negro do que pardo e apresenta suas características negras com orgulho. Como vimos, no Brasil, o colo preto não foi tudo, houve também experiência de desamparo. Na Venezuela, afirma não se lembrar de ter enfrentado racismo alguma vez (ao contrário, lembra, por exemplo, andar de dreadlock entre pessoas várias, integrantes do governo Maduro que, então, quanto a este ponto, dá sinais bastante positivos de um governo de esquerda). Morando aqui, como refugiado, não tardou ser empurrado para a descoberta do racismo. O racismo, em toda parte, e certamente no Brasil herdeiro de escravismo, é ostensivo ou insidioso, vem por golpes diretos ou por golpes institucionais, é uma realidade espraiada e que arrasta, é como um gigante, corpulento e muito forte.

Como nação, o Brasil fundamentou-se a partir de uma absurda cisão da diversidade humana: de um lado, homens considerados superiores e, por isso, comandantes que se presumem livres; de outro lado, homens cativos porque inferiorizados, subordinados. A própria ideia de raça surge como instrumento a favor dessa classificação: seriam “os negros” tão humanos quanto os brancos europeus? O conceito de raça, primeiro empregado para animais selvagens ou amestrados, serviu para nomear humanidades não europeias. O negro, enquanto um tipo racial, nem existe; foi produto da atribuição arbitrária de sub-humanidade aos dominados, processo que surge como sustentáculo ideológico da escravidão.

Se internacionalmente o Brasil é conhecido como terra calorosa, de um povo alegre, cortês e receptivo, o que se revela no interstício cotidiano é uma

ferida difícil de encarar: temos um funcionamento racista muito peculiar. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão e isso nos deixou marcas indeléveis, o racismo de hoje tem bases antigas e profundas. Mesmo a insígnia da mestiçagem pela qual somos exaltados, esteve na origem da nação como projeto de embranquecimento e não de diversidade. Um estrangeiro que chegue aqui vai sendo informado dessa dinâmica não oficial, mas basilar e estrutural.

*

Quando chegou ao Brasil, Carlos foi para Jundiaí. Era lá que estavam seus amigos da capoeira. Tendo sofrido racismo na cidade, os poucos meses que ficou lá pareceram intermináveis. O racismo se coloca como obstáculo à integração social, não é apenas um sofrimento moral vivido nas relações humanas, mas um entrave contra a participação efetiva.

Quando vim pra cá, não cheguei aqui no centro de São Paulo. Fui pra Jundiaí por causa dos amigos da capoeira. Eles chegaram a passar o natal na minha casa, na Venezuela, quando eram outras condições. Eu decidi ir pra lá, mas não era o que eu queria. Em Jundiaí passei só três meses e pra mim era pior... Não sei se porque era uma cidade do interior, o ambiente é totalmente diferente, as pessoas eram muito mais fechadas, naquela época eu tinha *dreadlocks*, então as pessoas também me olhavam... A primeira vez que senti preconceito aqui no Brasil foi lá. As pessoas ficavam me olhando como se eu fosse um bicho estranho ou perguntava ironicamente “ah, mas você tá procurando emprego assim, desse jeito?”. Outros falavam abertamente “tira isso aí, você parece um maconheiro” e isso foi coisa que nunca senti em meu país. Sempre trabalhei com o governo, sempre trabalhei com pessoas importantes, com prefeitos, com governadores, políticos, e nunca senti esse preconceito por ter o meu cabelo assim. Então aqui, as pessoas falavam desse jeito e, nossa, eu ficava chocado. Eu não gostei...

A minha ideia era voltar pra Fortaleza porque eu já tinha essa experiência em Jundiaí... E infelizmente pensei que em São Paulo tudo era assim.

Os *dreadlocks* usados por Carlos são símbolo da ostentação de sua negritude e foram por isso mesmo, chamariz de atitudes racistas. Como nos aponta o professor Kabengele Munanga (2005), a ideia de feiura do corpo negro, produto da racialização, foi historicamente forjada. A cor da pele, a textura dos cabelos, o formato do nariz e dos lábios, por exemplo, se tornaram aspectos

desabonadores, dignos de vergonha. Diante do ideal de brancura o corpo negro é vivido como ferida aberta: como ousa alguém orgulhar-se de pertencer a um grupo assim, risível e inferiorizado? A etiqueta do racismo parece sugerir às pessoas negras, sendo inevitável sua existência, que pelo menos não se façam perceber.

O silêncio e o apagamento, todavia, não são garantia de proteção. Onde não há enfrentamento, o crime perfeito se consuma: introjetando ideais de branquitude e negando a si mesmo, o negro busca desenegrecer; uma atitude que deságua no desejo da própria extinção (VANNUCHI, 2017). Por outro lado, a ambição pelo embranquecimento também pode surgir como uma máscara: não necessariamente porque haja uma identificação com o dominador, mas porque embranquecendo o negro poderá aparecer sem que seja golpeado pela sua simples existência. Trata-se, no entanto, de uma defesa frágil, própria do sujeito isolado. Neste cenário, as ações de resistência, quando reafirmam a negritude, possibilitam o distanciamento da condição de assujeitamento.

Gonçalves Filho nos mostra que o negro no Brasil sofre o golpe prolongado do racismo: sofre o racismo de agora e o de antes. Se nessa dinâmica, o presente e o passado quando se comunicam fazem com que o golpe seja aumentado, também o enfrentamento pode ganhar força através da história e ser incrementado pela herança.

Assim como o cabelo *Black Power*, os dreads também estão muito além da simples estética, são símbolos políticos de luta e resistência. *Black Power* é uma expressão amplamente conhecida e em tradução literal não deixa muitas dúvidas sobre aquilo que representa: poder negro. O termo dreadlock traz consigo simbologia igualmente política: a palavra “dread” significa “temor”, enquanto “lock” quer dizer “fechado”, tal como as mechas emaranhadas desse tipo de penteado. O termo *dreadlock* seria então a alusão ao cabelo posto de uma forma a causar medo, impactar. Na atualidade o uso dos dreadlocks está relacionado a tradições milenares e revela a busca por uma referência identitária; a adoção dessa estética se traduz num elemento contundente de negritude cuja intenção é, por meio da afirmação étnica, chocar o cidadão comum (FERREIRA, 2013). É como dizer “existe um corpo aqui! e ele é negro!”, atitude que faz barreira à negação da alteridade e, embora traga consigo o perigo da manifestação racista (tal como

ocorreu) é também via de cura e de formação de repertório para o enfrentamento político.

Carlos, que já era extremamente sensível, foi se tornando cada vez mais sensível e consciente, através do refúgio, a respeito da experiência da hospitalidade e da inospitalidade humana, da experiência de comunidade acolhedora e de sociedade expulsiva. Chega à esfera pública ainda incerto do que fazer para encontrar fora de casa a comunidade experimentada dentro de casa, no entanto, traz consigo uma memória de vínculos comunitários e isso o orienta. Sua ligação anterior ao Brasil possibilitou motivações ao enraizamento: “não quero Jundiaí, quero Fortaleza”.

Doente de saudade

A saúde e sua essência vincular

O refúgio afastou pai e filho. A distância não tardou mostrar suas garras. Quando, depois de exilado, Carlos reencontra seu pai doente, o reencontro cura o pai. A saúde humana, e talvez toda a saúde, ao que tudo indica, é vincular. O isolamento mata; se não mata, adocece. As rupturas matam; se não matam, adoecem. O desenraizamento feito de afastamento e fraturas, se não mata, adocece. A reparação de vínculos desfeitos, isso cura e é ingrediente do enraizamento.

*

Em certa altura, o pai de Carlos adoceceu. Preocupado, saiu de Jundiaí e foi até o Equador visitá-lo. Encontrando-o, constatou: “o que meu pai tinha era saudade, porque eu cheguei e ele recuperou muito rápido”.

Os estudos de Freud nos apontam que o corpo não se encerra no domínio biológico e a insuficiência imunológica pode também ser psíquica, favorecendo o adoecimento em casos onde o sujeito é tomado por intensa angústia e lançado ao desamparo. As dores subjetivas não são menos reais ou menos avassaladoras e as enfermidades físicas podem guardar estreita relação com as condições emocionais.

Se a raiz vem pela participação, é muito consolador estar misturado e, por outro lado, desolador experimentar a segregação. Nesse contexto, o adoecimento do pai de Carlos parece surgir como um adoecimento psicológico promovido pelo desenraizamento de que o refúgio é capaz. O abandono compulsório do território familiar pode levar a um curto-circuito emocional: arrancar alguém de seu mundo próprio, separar alguém de seus outros, pode ser o mesmo que matar. O desenraizamento, como uma das condições mais perigosas das sociedades humanas, coloca o sujeito nesta condição inerte, quase equivalente à morte.

A doença produzida pela saudade se assemelha muito ao banzo africano, condição psicológica causada pela desculturação. Um corpo em banzo manifesta tristezas profundas em relação àquilo que já não se pode ser, o definhamento vem pela recusa da condição estranha e hostil de um mundo onde a subjetividade não encontra mais onde ecoar. Neste cenário de desculturação, onde a perda de cultura implica no empobrecimento da identidade, os quilombos, durante a escravidão, além de espaço de enfrentamento e resistência, funcionavam também como recurso na superação do banzo. Um exemplo de que apenas em comunidade a identidade roubada conta com possibilidade de recuperação: se as raízes alimentam a alma, o enraizamento é capaz de devolver o sujeito à vida.

Com o pai de Carlos não foi diferente, o isolamento favoreceu seu adoecimento, o reencontro possibilitou a cura. Mas não era só o pai que estava vivendo a experiência de ficar doente ou curado com os outros. Fortaleza já havia aparecido para Carlos como significante da saudade de uma comunidade onde ele era recebido pelo lugar e pelas pessoas. A hospitalidade humana é fonte do ânimo de viver, o ser humano se anima quando é acolhido e reconhecido por outros seres humanos como igual. Só dessa forma, pelo outro e pela comunidade, a alma pode ser sentida. Precisamos do outro para que sejamos.

Simone Weil dizia que a nossa vida vem de fora, do exterior. Isso vale tanto para o corpo quanto para a alma. Quando temos comida, sentimos a vida como algo interior que vem de nós, mas acontece apenas por termos a matéria externa que possibilita a vida. Quando mesmo sozinho consigo sentir minha alma, o outro está internalizado; sente-se sempre em espelho com alguém. Alguém que sente minha alma me leva a senti-la também. E sentir minha alma é dar-me conta de que sou alguém: traz entusiasmo.

A vida se mostra como corpo orgânico e também anímico. O corpo dá sinais de que é *alguém*, não é algo e muito menos coisa. Esse processo pode ser curativo moral e corporalmente.

*

Depois de alguns meses no Equador, os pais de Carlos quiseram voltar à Venezuela. No retorno, a situação política do país os atingiu por outras vias: hipertenso, o pai precisava de remédio de uso contínuo e, mesmo dispondo de algum dinheiro, dado o embargo sofrido pela Venezuela, o medicamento não era encontrado ou era conseguido por um preço tão inflacionado que impossibilitava o uso diário. Dois tios de Carlos, irmãos de seu pai, já haviam falecido em decorrência de complicações da hipertensão. Preocupado com o uso irregular da medicação, se organizou para trazer os pais ao Brasil. Em 2018, conseguiu trazê-los e seus pais hoje moram no mesmo bairro, num apartamento próximo ao seu.

Eles tinham dinheiro, meu irmão mandava um pouco, eu mandava também, mas ainda assim o tratamento para o meu pai era muito difícil e muito caro. Ele tomava losartana e o remédio, de um dia pro outro, ficava o dobro, o triplo... E quando conseguia, eram dez comprimidos por dez dólares. É um remédio pra pressão e a pessoa fica com uma angústia pra conseguir. Eu infelizmente tive dois tios que morreram por causa disso, porque não achavam medicamentos, então eles ficavam com aquele estresse procurando e a família também... Chega o momento que vão complicando as coisas. Nesse momento pensei “não vou deixar que meu pai passe por isso também”. Fiz o possível para trazer eles. Graças a Deus aqui ele tem o SUS, dão [o remédio] de graça.

Importante lembrar que, antes da Constituição Federal de 1988, a saúde pública no Brasil estava ligada à previdência social e à filantropia. O Sistema Único de Saúde (SUS) surge a partir da reivindicação de movimentos sociais que entendiam a saúde como direito universal. O SUS é, portanto, fruto de demanda e de ação comunitárias. A manutenção da saúde do pai de Carlos é comunitária por duas vias: conta com a restauração dos laços familiares, mas também com um sistema público de saúde pautado na universalidade, equidade e integralidade que, apesar dos muitos problemas ainda enfrentados, busca garantir a saúde a todos e cada um.

O paraíso são os outros

Descobertas do pertencimento: encontrando comunidade

Durante o refúgio, Carlos vai aprofundar o sentido de cidade, bairro e casa. Reprovará Jundiaí, cidade inóspita, aprovará Fortaleza e São Paulo. Ainda na Venezuela, já reprovava os abrigos incipientes, apontados como refúgios precários aos quais temeu ser condenado no Brasil. Em momentos de aguda consciência sobre abrigo e desabrigo, um sabonete, zelosamente recebido dos outros na Casa do Migrante, lhe valerá um lar no mundo.

*

Quando saiu de Jundiaí para visitar o pai no Equador, Carlos estava certo de que não voltaria para aquela cidade. O preconceito desmancha o sentimento de hospitalidade, de moradia: como querer morar onde se é mal recebido?

Sua rota foi recalculada quando no trajeto de ônibus até o Equador conheceu uma família peruana que o fez mudar de ideia. Uma família de migrantes que, provavelmente tendo enfrentado percalços semelhantes àqueles vivenciados por Carlos, soube acolhê-lo e orientá-lo. Através de estrangeiros como ele, Carlos pôde descobrir que São Paulo é mais que Jundiaí.

Eles [a família peruana] já tinham, naquela época, dez, doze anos aqui no Brasil e me perguntaram se eu conhecia a Missão Paz, eu disse “Não, não conheço”, então eles me falaram “Essa Instituição, a Missão Paz, ajudou muito quando a gente chegou aqui. Então porque você não vai lá, toca a porta e vê se eles podem ajudar em alguma coisa?”. A gente manteve contato, eles me avisaram quando estavam voltando pra cá pro Brasil, pra São Paulo, e depois quando eu já ia voltar pra cá também mandei um *zap* pra eles. Minha surpresa foi que quando cheguei no terminal Tietê, eles estavam lá me esperando. Eles me levaram pra sua casa e no outro dia de manhã me levaram pra Missão Paz. Eu fui lá, fui bem acolhido.

Como parte de seu trabalho no governo, Carlos já havia tido contato com a realidade dos abrigos venezuelanos. Descreveu-os como precários e tinha receio de que aqui precisasse ficar em local semelhante.

A gente tem um preconceito com os abrigos, eu trabalhei na Venezuela com parte do governo, e os abrigos lá... É uma coisa precária, sem condições. Eu também não tinha recursos pra exigir

quarto e tal, então falei vou pro abrigo que é o que tá dentro das minhas possibilidades. Só que quando eu entrei lá na Casa do Migrante, foi totalmente diferente... É uma casa linda, maravilhosa, quebrou esse preconceito que eu tinha em relação aos abrigos. Lógico que tem pessoas que não gostam porque o quarto é compartilhado, tem que dividir com outras pessoas... Na minha casa, no meu apartamento eu tinha minhas comodidades e aqui tinha que compartilhar quarto com sete pessoas, mas eu não vi isso como algo ruim, eu vi como *'tocar os pés na terra'*, acho que é uma coisa que a gente precisa também, isso me ajudou muito. Pra mim foi um ensinamento.

Até hoje eu falo que é minha casa, vou lá, faço voluntariado, deixei muita amizade lá com todos os funcionários, eles depois acolheram parte da minha família que veio pra cá: minha namorada e sua filha. Ela foi recebida na Missão Paz enquanto eu já estava morando em outro abrigo. A gente até hoje fala que é nossa casa, porque a gente não tem muita família aqui e eles nos trataram como se a gente estivesse em casa. A gente nunca se sentiu com aquela coisa de você estar num lugar desconfortável; não, pelo contrário. O pessoal fala que somos estranhos: 'nossa, vocês gostaram dos abrigos?' Não é que eu gostei, mas naquela época eu *tava* sem condições e não tive uma má experiência, pelo contrário, me ajudou muito a amadurecer, a valorizar mais as coisas, a respeitar as outras pessoas também.

A Casa do Migrante, abrigo da Missão Paz, foi o lar Jundiá não conseguiu ser. Lá, junto de outras pessoas em situação de vulnerabilidade, mesmo com tantas restrições próprias do espaço e de sua condição naquele momento, Carlos encontrou acolhimento. A Missão Paz lhe permitiu de fato chegar ao Brasil e "tocar os pés na terra".

Eu nunca vou esquecer a primeira vez que entrei na Missão e não tinha, como se fala, nem [dinheiro] pra uma xerox, nem 20 centavos eu tinha. E chegou o horário que abre o banheiro pra tomar banho e eu não tinha um sabonete, não tinha tampouco pasta dental, papel higiênico, então eu falei 'nossa, não tenho, vou fazer o quê?' Aí chorei, chorei, fiquei assim... Coisas tão básicas, tão simples, eu não tenho. E aquele orgulho...

Eu fui falar com a Assistente Social e eu tinha aquele problema assim "nossa... não tenho" e ela falou "sim, não tem problema, tem um kit de higiene". Nossa... Comecei a valorizar essas coisas. Eu nunca achei que ia valorizar um papel higiênico, uma escova dental, um sabonete... então aí a gente começa a dar valor às coisas, por mais insignificante que você ache, tem um valor. Você só sabe que é importante quando você precisa. Foi um ensinamento pra mim. Até hoje eu valorizo tudo e isso a gente havia perdido lá, você fica mecânico... Sai da sua casa, vai pro trabalho, do trabalho pra casa e aí você vai perdendo a sensibilidade com as outras pessoas. E isso eu acho que ganhei

novamente, essa sensibilidade, a empatia, começar a olhar pras pessoas e não ser tão mecânico.

Ao experimentar a falta de insumos, Carlos se mostra sensível à experiência de ter um lugar e de não ter um lugar no mundo. Percebe as coisas como itens materiais que o ligam à experiência de comunidade, coisas de uso que permitem a vida como ela é, que alarguem a experiência de mundo e lar. Um sabonete o fez perceber que alguém pensou em quem chegaria ali sem nada.

Carlos, ao mesmo tempo, encarece e relativiza a importância das coisas. Um sabonete aparece como sinal muito caro de hospitalidade e, por outro lado, suas malas apontam um excesso que constata que não precisamos de coisas demais para viver em comunidade:

Uma lembrança assim marcante que eu tenho... Eu tava no aeroporto de Manaus quando cheguei, e acho que é tanta bagunça emocional que eu tinha [...] quando chegou na hora de fazer o check-in, eu tinha sobrepeso de bagagem. Foi quando eu comecei a reparar, pra quê tanta mala? Por que eu trouxe tanta coisa? Tantas coisas desnecessárias... Quando cheguei em Fortaleza, depois, com os dias, comecei a abrir as malas... Eram coisas que não precisava trazer, sabe? Mas nessa época, aquele desespero de sair, muita coisa acontecendo... Como que sua vida você vai colocar dentro de uma mala só? Então aí eu fiz muitas.

As coisas são muito importantes enquanto elas não superam a amizade. É bom ter coisas enquanto elas não roubam de nós a dependência que temos dos outros: coisas demais me fazem não precisar de ninguém: a vida comunitária – altamente politizadora sob este aspecto – é o que, ao mesmo tempo, pode manter nossa dependência inter-humana e recusar toda servidão (GONÇALVES FILHO, 1998).

Carlos tira máximo proveito de qualquer mínimo bem a que tem acesso, é capaz de chegar ao núcleo das coisas: não é indiferente à privação, à indignância, ao desamparo. Na falta de produtos simples de higiene, desola-se e chora. A experiência do refúgio deixa a pessoa muito suscetível e por isso mesmo muito sensível às necessidades e privações humanas. Nessa condição os imigrantes conhecem, como nenhuma outra classe, a solidariedade entre os seres do mundo.

O enraizamento não dessensibilizou Carlos, pelo contrário, o sensibilizou para outras questões. Ele estende pequenas descobertas a grandes descobertas,

não se limita a viver o gosto de uma situação de apuro remediada. Ele descobre aí a dependência humana das pequenas coisas contanto que sejam coisas capazes de formar uma relação de cuidado do mundo pelos seus habitantes.

O que um sabonete, uma toalha e uma escova não podem fazer por nós? Esses pequenos objetos são, num grau miúdo, expressão do caráter da cultura: transformam a realidade natural num lugar de hospitalidade e zelo para os seres humanos. Carlos parece sentir nesses pequenos objetos a bondade da cultura, traduzida na sua capacidade de criar num ambiente hostil, o cuidado. A cultura tem esse papel de transformar a realidade natural (fora de casa), num lar (casa). É assim estar no mundo: sentir-se em casa estando fora de casa.

Uma vida humana é inviável sob a privação precoce e permanente destes bens terrestres, variados e relativos. Ficar sem essas pequenas coisas pode ser uma experiência muito triste de desamparo, pode parecer muito humilhante mostrar a dependência acentuada que me coloca em relação ao outro. Esses pequenos objetos tornam o mundo possível. A realidade é feita de objetos e instituições feitas pelo trabalho humano em parceria com a natureza que permitem a vida em correspondência com outros humanos. Estamos em um ambiente cultural quando o ambiente, por força do trabalho humano, adquire hospitalidade e zelo. Carlos, estando fora de casa, pôde sentir-se em casa.

O bairro possível

Artesanias do pertencimento: construindo comunidade

Atualmente morando num bairro imperfeito, Carlos menciona isso com humor. As imperfeições parecem detalhes desimportantes se comparados aos ganhos que teve ali: os laços comunitários efetivos, determinantes para a conquista do sentimento de pertença. O gosto de habitar se perfaz na companhia dos outros, presentes ou lembrados nos espaços da residência, do bairro e da cidade. A moradia não se encerra na materialidade de suas paredes, o lar é realidade simbólica e extrapola a casa. A comunidade é experiência de firme hospitalidade, lugar de participação e matriz do enraizamento.

Depois de alguns meses juntando dinheiro, Carlos conseguiu sair do abrigo da Missão Paz e alugou uma casa onde hoje mora com a namorada e a enteada, no Tatuapé. Na situação em que estava, com pouco dinheiro, imaginou que não conseguiria cumprir as exigências formais de um contrato com a imobiliária se não pudesse fazer um acordo flexível. Em suas andanças pela cidade, procurou aluguéis que pudesse negociar direto com o proprietário.

Juntamos um dinheiro pra sair dos abrigos, a gente começou andando, procurando. Por um acaso vimos uma plaquinha dizendo “Aluga-se direto com o proprietário” e ligamos. O cara falou que em cinco minutos chegava. Ele foi, mostrou o apartamento, maravilhoso e tal. Começamos a falar, foi tudo muito rápido na verdade.

Quando se instalou, foi percebendo no entorno questões que poderiam, com o tempo, ser incômodas demais. Em vez de lamentar as imperfeições que o bairro foi mostrando, celebra o que o espaço lhe possibilitou construir: um lar que não se encerra na casa, alcança os vizinhos, o bairro e a cidade. Uma casa que não fica do “lado chique” do bairro e que talvez por isso mesmo, tenha lhe proporcionado a experiência de comunidade.

A gente mudou sem conhecer e todo mundo ficou dizendo “nossa, você mora no Tatuapé, é muito chique”, mas a gente mora do outro lado, na Celso Garcia, não é o lado chique [risos]. Quando a gente chegou, tinha uma tampa [de bueiro] por onde passavam os ônibus e era “prrrá, prrrá, prrrá...” que não nos deixava dormir. Já ajeitaram, mas no começo era assim. E em frente do prédio tem uma oficina de freios e pneus então era o dia todo “vrrrru, vrrrru, vrrru e prrrá, prrrá, prrrá” [risos], mas a gente se acostumou.

Depois a gente começou a gostar do bairro, dos barulhos, a gente se acostumou, a gente é amigo do cara da oficina [...] Já não tem o barulho da tampa [risos], então é muito tranquilo. Todo mundo se conhece, a gente sai e cumprimenta todo mundo.

Carlos fez amizades com vizinhos pelo bairro e diz não se imaginar morando em outro lugar. Gonçalves Filho (1998) nos mostra que o valor do vizinho na cultura popular não é traço meramente peculiar: é índice de que a casa não começa e termina na casa. Fazer vizinhança é um elemento empenhado na construção da moradia.

Massola e Svartman (2018) apontam que a experiência de lar está intimamente relacionada ao acolhimento inaugural. Um adulto pode experimentar sua casa como espaço seguro e acolhedor quando vivenciou isso antes com seus outros. A experiência da casa é, portanto, também uma experiência simbólica que reflete as características socioambientais familiares da criança. Lembrando Winnicott, os autores afirmam que a experiência positiva de lar deriva, dentre outras coisas, de um ambiente que seja percebido como seguro e estável, capaz de reconhecer a singularidade da criança. A experiência de um lugar como um lar é sempre consequência de relações com outras pessoas. Experiência que Carlos nos dá sinais de ter tido em família.

Carlos tem um irmão nos Estados Unidos e conta o motivo de não ter ido morar lá, onde já contava com uma referência familiar.

E eu já tive a oportunidade de morar nos Estados Unidos, mas também não gostei de morar lá, pra ir de férias tudo bem, mas pra morar não. Porque eu lembro que onde morava o meu irmão, ninguém dos vizinhos se conhecia. Só quando passa no carro assim [faz gesto de aceno com a mão e a cabeça], mas esse era o máximo, não sabe qual o nome dessa pessoa, não sabe o que faz... Eles vivem para trabalhar, não trabalham pra viver. Meu irmão não sabia o nome de ninguém.

Eu sei que tinha criança porque uma vez a bola caiu pra cá, e foi porque eu levei, porque eles tinham vergonha e pensaram 'a gente perdeu essa bola aí', eles não vão tocar a porta 'ah, tio...' não. Caiu, perdeu. Eu fui devolver e acharam estranho porque pensaram que eu tinha ido reclamar. Eles já tinham até comprado outra pra não incomodar ninguém, umas coisas assim absurdas... Logicamente que tem pessoas e pessoas aqui também, não é tudo cor-de-rosa, não vou dizer também que é tudo Suíça e que tudo é bonito, mas graças a deus, eu topei mais com pessoas boas, mais com pessoas bonitas do que com pessoas ruins.

Os Estados Unidos são uma sociedade atomizada, na qual os indivíduos são tão ligados quando desligados: apenas justapostos. A comunidade tem força de unir pessoas, a sociedade as mantém apartadas. Ao falar de seus motivos, Carlos nos mostra que não queria ter como destino apenas um lugar onde fosse possível sobreviver; queria um lugar de comunidade onde fosse possível viver, conviver, partilhar.

No Tatuapé Carlos parece ter encontrado o que buscava: a amizade pautada no contraste, a mais essencial das virtudes públicas e fundamental para a construção do espaço como ambiente de partilha, encontro e troca; uma das

mais eficazes possibilidades de *construção* do sentimento de pertença, que transpõe a simples inserção passiva do sujeito na sociedade, e lhe devolve o protagonismo, garantindo seu direito de participação, de ação e de palavra.

Raízes, heranças da alma

Os signos biográficos e seu caráter rizomático

O caminho trilhado por Carlos só foi possível a partir do que antes dele fora construído: a dedicação da mãe ao lar e aos filhos, sua relação de cuidado e confiança; o amor do pai pela arte, pela música e pelo teatro, sua apreciação da vida para além das coisas necessárias ou úteis; o sonho próprio de cursar gastronomia, sua relação animista com o alimento. Tudo isso o orientou mesmo quando longe de casa.

O que adquirimos de mais significativo, encontrando ou construindo, apoia lembranças imprescindíveis. A lembrança indispensável é a sobrevivência do passado querido: o passado que me quis e que eu quis. Lembrar-se de onde veio, seu mundo profundo, permitiu a Carlos ter indicações de que caminhos seguir, indicações do que adotar ou recusar. A memória faz o mais caro passado ressoar no presente e no futuro. A memória reage contra o anonimato, contra a despersonalização, contra o isolamento: a memória é um poder contra o desenraizamento.

A comida, os alimentos como a *arepa*, falam ao espírito de Carlos tanto quanto a música brasileira ou os familiares mais queridos: não são mero amontoado de ingredientes, sons ou pessoas. São figuras caras que valem por sua forma singular, gosto e beleza, capazes de ligar o sujeito a realidades que o refúgio poderia ter irremediavelmente afastado ou eliminado. Como uma planta que retira da raiz o que é necessário para manter-se de pé, foi a estes elementos que Carlos muitas vezes recorreu para recuperar ou ganhar o mundo.

*

Carlos recebeu o que os pais não tiveram, mas também herdou o que de mais precioso podiam lhes dar: a atenção àquilo que ultrapassa a subsistência

do corpo e alcança as necessidades da alma; a ligação não só a causas econômicas, mas a questões eminentemente humanas:

A gente sempre foi uma família simples, mas o mais importante pra eles era dar uma boa educação, então eles faziam todo o possível pra gente frequentar colégios bons. Eles sempre falavam isso e a gente não entendia; que a única herança que eles podiam dar pra nós era isso, a educação que eles não tiveram. Eles eram “bichos estranhos” porque eles viviam em periferia, comunidade, mas eles não ficaram só naquilo não. Meu pai sempre foi atrás do seu sonho, começou a estudar e entrou na faculdade pública e ele foi pro grupo do teatro e aí ele conheceu muitas pessoas, se formou em teatro, começou a viajar... Então, onde ele morava, parte da família acreditava que ele era *veado* porque ele andava com aquelas pessoas do teatro. E ele falava assim: “tudo bem, mas o *veado* conheceu Pequim, morou 17 anos na Europa...” Eles sempre nos apoiaram em qualquer coisa que a gente queria fazer. Acho que eles deixaram de fazer muitas coisas pra dar uma boa educação pra nós e isso é uma das coisas que eu não posso esquecer.

Carlos dá sinais de ter vivido em casa uma experiência de comunidade com o pai que não foi simplesmente um provedor econômico, mas alguém sensível que não esmoreceu com o preconceito. Com o pai Carlos aprendeu a amar a arte, superar o preconceito e curar-se pelo vínculo.

Com a mãe, Carlos tem uma relação de cumplicidade. É ela que, fiel depositária, hoje empresta os ouvidos ao filho e, antes, doou-se inteira:

Meu pai sempre trabalhou fora e minha mãe largou seu trabalho pra cuidar de mim e do meu irmão e eu valorizo muito isso. Tenho uma relação muito bonita com a minha mãe, de cuidado, confiança. Tem coisa que falo muito mais com a minha mãe do que com meu pai.

Carlos não foi uma criança popular, tinha um ciclo de amigos restrito, sempre foi mais reservado. Algo que começou a mudar a partir da faculdade de jornalismo:

Não tem como não falar com as pessoas, se aproximar. Quando você começa a fazer estágio, essas coisas, você tem que se abrir um pouco mais. Aí posso falar que hoje tenho um ciclo de amigos grande, em comparação à minha infância e adolescência.

Do ponto de vista psicossocial, sua escolha pelo jornalismo mostra-se como condição enriquecedora, capaz de superar o isolamento que prevalecia até então.

Se não tivesse cursado jornalismo, Carlos conta que teria estudado gastronomia. No Brasil, teve seus caminhos novamente ligados à culinária: através da ONG *Estou Refugiado* conseguiu seu primeiro emprego formal na cozinha do Hotel Ibis. Lá trabalhou por dois anos: o primeiro ano como auxiliar e o segundo como cozinheiro. Deixou o emprego quando, através do Migraflif, uma startup social que oferece comidas de todo o mundo feitas por migrantes, participou do projeto *Raízes na Cozinha* e teve a oportunidade de formalizar sua própria empresa. Desde então começou a trabalhar fornecendo refeições para eventos. Na pandemia os contratos foram cancelados e o negócio se manteve através de aplicativos de entrega. Também nesse período, por meio do artista Eduardo Kobra e da ONG *I Know My Rights*, a empresa de Carlos foi uma das contratadas para fornecer marmitas a pessoas em situação de rua. Carlos, ao trabalhar na oferta de comida a pessoas em situação de vulnerabilidade, parece compreender profundamente a importância deste gesto.

A empresa de Carlos se chama Nossa Janela. Além de fonte de renda, foi pensado de modo a partilhar sua cultura. Nesse processo, Carlos concilia a paixão pela gastronomia e sua formação como jornalista: nos eventos dos quais participa, sempre que possível compartilha a história da comida que está servindo. E apesar de não falar sobre os motivos para o nome escolhido, chama atenção que “janela” faça referência a um entre-lugar, situado entre lá e cá, limítrofe, fronteiro. Numa casa, a janela permite que a luz e o ar entrem e, ao mesmo tempo, possibilita a quem está em seu interior, que não fique completamente cerrado e possa olhar para além dos limites definidos pelas paredes, pra fora. A palavra “janela” frequentemente também é usada para apontar espaços vazios, faltas e lacunas. Proposital ou não, a escolha do nome parece capaz de traduzir alguns dos lugares psicológicos a que Carlos foi submetido no refúgio. Uma janela que, por fim, Carlos, enraizado, compartilha também, uma janela construída a muitas mãos e que reconhece não ser apenas sua.

Da culinária venezuelana, afirma sentir falta das arepas: um tipo de pão feito com farinha de milho e depois recheado. As arepas que porventura encontrou por aqui, disse não ser como aquelas que comia lá. Gonçalves Filho (2007b), apoiado na teoria laplanchiana, nos aponta que a nutrição é apenas um dos significados do alimento enquanto signo. O alimento é nutritivo por estar para

o organismo humano como capaz de recompor forma e dizer que a arepa alimenta, é dizer que ela recompõe energias necessárias à manutenção da vida humana. No entanto, o alimento está também ligado a outros seres e situações, a elementos muito vivos e personalizados. Alimento é evocador do passado, evocador do outro: liga cada um dos que comem juntos a um mundo próprio. Aliás, permite ao comensal um mundo que vai tornar-se próprio justamente em razão dessa ligação. Carlos parece compreender que uma arepa não é a simples soma de seus ingredientes, é também seus valores e significados.

Auxiliar e depois cozinheiro de um *fast hotel*, Carlos passou a cozinhar sua própria comida. Neste percurso, nos dá sinais de ter uma relação animista com as coisas: comida boa não é só comida biologicamente succulenta que dá água na boca. Comida boa conhece a fome humana, que é fome de beleza, de sabores e de cultura. Comida também é hospitalidade, e sua relação com a culinária informa não ser apenas profissional, mas espiritual. Carlos recusa a relação utilitária com as coisas. Entende que a arte, assim como a comida, também é alimento. Quando criança apreciava os ritmos brasileiros e, naquela altura, não entendendo a letra das canções, a beleza das melodias bastava. Depois da cena do aeroporto em que percebe ter trazido coisas demais, revela: com o tempo, se desfez de quase tudo, seu bongô (um instrumento musical) foi uma das poucas coisas que fez questão de manter.

Já enraizado em solo brasileiro e não tendo sido dessensibilizado pelas agruras que viveu, continuou encontrando formas de cultivar as raízes adquiridas. Perto de sua casa encontrou uma escola de samba e, embora a descoberta pareça ter sido acaso, permanecer foi uma escolha. Carlos parece ter se ligado ao samba por herança e por pressentimento. Como na capoeira, ali reencontrou suas raízes negras e pôde, ao mesmo tempo, inaugurar novos laços.

A gente frequenta uma quadra, acadêmicos do Tatuapé. Foi por acaso, num dia de folga, pensamos “vamos conhecer o bairro”, éramos novos ainda, recém-chegados. A gente só conhecia a rua e o trajeto pra ir pro metrô. Aí fomos dar uma volta pra conhecer o bairro. Começamos a ouvir um barulho “tum, tum, tum” [ritmado] e pensamos “que isso?”, aí a gente foi procurando o barulho e chegamos assim era uma quadra, eles estavam ensaiando e disseram “pode entrar”, nós ficamos “nossa... uau...” foi a primeira vez que entramos numa quadra de samba. Depois convidaram a gente pra participar, pra desfilar e tal... A gente foi... Já desfilei

três anos, já fui pra Fábrica do Samba fazer as fantasias, entregar fantasia. Uma das coisas que a gente adora são esses ensaios.

Elemento crucial na construção da identidade brasileira, o samba não aparece para Carlos apenas como um bem cultural, mas como uma comunidade da qual ele passou a participar e pertencer. A origem do samba remonta aos batuques da senzala: muito além de um gênero o musical ou bailado coreográfico, o samba é prática de sociabilidade, instrumento de afirmação e construção de identidades, símbolo de resistência do povo negro. Suas alianças não surpreendem, são certeiras. Carlos resistiu e permanece resistindo, agora mais forte porque acompanhado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apontar os fatores de desenraizamento e enraizamento ligados ao fenômeno do refúgio. Seguindo as orientações da Psicologia Social, procuramos perfazer o caminho de Carlos sempre acompanhados de seus determinantes sociais, recusando a naturalização de questões coletivas como aspectos meramente individuais. Apesar das questões também muito próprias de nosso depoente, aqui, parte daquilo que valeu pra Carlos, vale também para outras pessoas em condição de deslocamento forçado.

Sem o contato anterior com pessoas em situação de refúgio e sem o depoimento de Carlos, consideraríamos que o refúgio se resume a uma experiência traumática e obrigatoriamente desenraizadora? Ou privilegiaríamos o caráter promissor dos recomeços? Neste cenário, escutar Carlos foi fundamental para alcançarmos as reflexões trazidas aqui. Sem sua voz ficaríamos restritos a concatenações muito teóricas que talvez não alcançassem as mesmas compreensões. Além de enriquecer pontos previamente considerados, Carlos nos trouxe novas perspectivas. Com ele vimos que a estrangeiridade psíquica é anterior ao deslocamento, que a eleição do país destino conta como parte do remédio contra o desenraizamento e que o racismo nacional, em suas próprias nuances, é ainda mais incerto ao adventício.

Com Carlos aprendemos que o refúgio só pode forjar-se em comunidade porque também os sujeitos são assim. E o que é o refúgio senão a experiência dos sujeitos? O refúgio é composto do que o compõe, mas também do que o excede: é feito de estrangeiros e nativos. A experiência do refúgio de Carlos é feita daquilo que recebeu e também do que pôde construir a partir do recebido. Carlos, tendo perdido seu mundo, pôde recuperá-lo e reconstruí-lo quando em comunidade. Foi também em comunidade que pôde reencontrar-se. E encontrar-se, aponta Winnicott (1971), se traduz na capacidade de existir, de sentir-se real. Sentir-se real é mais do que existir, é encontrar um modo de viver como si mesmo, de se relacionar com objetos como si mesmo e de ter um *eu* para onde se retirar. Enraizado, Carlos pôde viver como si mesmo.

Quando questionado sobre suas raízes, Carlos não hesitou ao afirmar que certamente as têm mais firmes em solo brasileiro. O enraizamento como vivência intensa da cultura popular, parece explicar o fato de Carlos sentir-se mais

vinculado ao Brasil do que à Venezuela: foi aqui que sua sensibilidade ligou-se às músicas populares, ao samba e à capoeira, foi aqui que teve oportunidade de realizar o sonho de trabalhar com gastronomia e atrelou isso às suas origens, resgatando a culinária venezuelana. Seu enraizamento aqui, no entanto, está firmemente orientado por sua história. Mesmo as raízes inauguradas no Brasil só foram possíveis porque estão fundamentadas em seu passado.

Sua história nos mostra que o refúgio, embora seja sempre um processo à priori doloroso porque forçado, com o tempo, pode também abrir espaço para o cultivo do pertencimento. A comunidade se descobre quando há gente disposta a nos receber, mas comunidade é também um trabalho de artesanaria, é construída no dia a dia ao lado daqueles que nos apresentam a possibilidade de um mundo novo. A comunidade pode ser um lugar onde estão os outros que me veem e, por me verem, me dão a chance de que eu me veja, mas é também ação cotidiana junto daqueles com quem partilho a vida.

Com Carlos, vimos que o desenvolvimento das coletividades e, portanto, o nosso próprio desenvolvimento, torna-se notadamente mais fértil quando diferentes culturas sustentam a comunicação e a troca; a sensibilidade, a imaginação, as lembranças, o pensamento, são surpreendentemente estimulados nas ocasiões de diversidade que superam o antagonismo. A atenção dedicada ao outro nos põe mais longe dos processos de dominação. Migrar é um ato existencial e político cujo direito não deveria depender de chancela. Em *Estrangeiros Residentes*, Donatella Di Cesare resume esta questão ao nos dizer que cada um de nós está sempre inexoravelmente ligado a tantos outros, jamais conhecidos, jamais escolhidos. Coabitar é uma condição política inegociável e nos impõe a obrigação permanente e irreversível de coexistir com todos aqueles que, mais ou menos estranhos, mais ou menos heterogêneos, têm iguais direitos. Não se trata de um rígido estar ao lado do outro: coabitar é também compartilhar. E o estrangeiro, vindo de outro lugar, pode ser daqui também.

Se a atitude discriminatória é justamente aquela que reivindica de modo exclusivo um lugar pra si, almejemos que o estrangeiro não seja o oposto do cidadão. É reducionista, equívoca e irracional a classificação da pluralidade humana em superiores e inferiores. Um país ou cidade que devolvem ao indivíduo ou grupo estrangeiro uma imagem negativa de si mesmos, empurra os sujeitos para uma forma de humilhação eminentemente social, uma das mais eficazes armas de

dominação. É um dever que nos é exigido, um direito dos estrangeiros, o seu reconhecimento como pessoas e cidadãos, uma necessidade humana vital, não uma cortesia que os anfitriões possam decidir conceder ou não. Que os refugiados não nos peçam o favor de que os respeitemos: que, resistindo contra a opressão política e a exploração econômica, contem conosco para que exijamos isto uns dos outros.

*

Das raízes de mim...

O curso da escrita deste trabalho pareceu acompanhar o meu próprio enraizamento em São Paulo. Durante os primeiros anos, lembro que apesar do deslumbramento com o qual olhava todas as coisas, tão maiores – e às vezes, num julgamento apressado, tão melhores –, sempre se seguia um sentimento de "mas não é minha casa". E como poderia ser? Quando eu estava com as ideias emaranhadas, não havia rio próximo ao qual recorrer. Banho de rio organiza as ideias. Dependendo do nível da confusão, nem precisa se molhar, a brisa à beira do rio é suficiente. Mas também a brisa faltava. Quando angustiada, tantas vezes me peguei pensando em sair pra "pegar um vento", mas o vento que eu queria, amazônida, úmido, que anuncia a chuva, bem ali onde a terra firme da cidade se encerra, não havia. Padei de pouca água, pouco vento e pouco verde. A tristeza de não estar em casa era acentuada pela certeza de que minha saída se deu, entre outras coisas, devido às poucas possibilidades de me firmar profissionalmente em Belém naquele momento. Por que a cidade que eu amo e que guardava tudo que era meu, não conseguiu me fazer ficar?

Depois de quase seis anos aqui, aprendi a amar São Paulo. E, estranho que pareça, o espaço que em mim se abriu para as belezas de São Paulo, fortaleceu meu vínculo com Belém. Talvez tivesse medo que aceitar São Paulo como casa fosse negar minhas origens. Mas, tendo podido reunir alguns fragmentos e elaborar algumas questões, a compreensão veio como naquele mágico momento em que, tomados pela transferência, junto do analista, descobrimos o que já sabíamos. E qual não foi minha surpresa. Algo em mim se

organizou quando na escrita, ao final deste trabalho, nasceu a frase: *o estrangeiro, vindo de outro lugar, pode ser daqui também*. Entendi que se o rio está internalizado, sua água e sua brisa nos visitam. Na minha última ida à Belém, a cidade contava ainda com os mesmos problemas, mas parecia guardar em si ainda mais poesia. Belém me deu raízes e, se o solo for fértil, posso ser replantada em qualquer lugar.

Os estrangeiros me apresentaram São Paulo e foi também com eles que aprendi a ficar e a gostar de ficar. Chego ao fim deste estudo com novas interrogações, mas certa de que seu percurso me trouxe muitas e valiosas compreensões – teóricas e pessoais – que orientarão sua continuidade.

6. REFERÊNCIAS

ACNUR. **Dados sobre refúgio.** Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>> Acesso em 29 de setembro de 2020.

ADORNO, T. **A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista.** Boitempo, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>. Acesso em setembro de 2022.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARENDT, H. (1969). **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. **Why the world fears refugees** (narrated by Zygmunt Bauman). YouTube. Al Jazeera English. 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=Qlv8pqtTss> Acesso em 31 de julho de 2018.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOSI, E. **Interrogações da psicologia.** In Pensamento cruel. Humanidade e ciências humanas: há lugar para a psicologia? Maria Helena Silva Patto e João A. Frayze-Pereira (Orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOSI, E. **Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano.** Entrevista por Mozahir Salomão Bruck. **Dispositiva.** v.1 n.2. ago./dez.2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso em 28 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: Disponível em: <<https://goo.gl/t8jSAA>>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

BRASIL. OBMigra. Observatório das migrações internacionais. **Refúgio em números.** 7ª edição. 2022.

BUTLER, J. **A força da não violência**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe editorial, 1997.

CUNHA, E. L. **Colonização, identidade e o que fazer do futuro**. [s.d.] Disponível em: < <https://www.n-1edicoes.org/colonizacao-identidade-e-o-que-fazer-do-futuro-1?>>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

DI CESARE, D. **Estrangeiros residentes**. Uma filosofia da migração. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, G. C. M. **Uma abordagem do rastafarismo nos moldes da psicologia social**. In Revista Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, ano 1, vol. 2, jun./dez. 2013. ISSN: 2317-9465.

FRASER, N. **Tras la morada oculta de Marx**: por uma concepción ampliada del capitalismo. In: New Left Review 86, Mai-Jun, 2014, p. 57-76.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. (1919). **O “estranho”**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas – ESB. Op. Cit. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1919). **O infamiliar** [das unheimliche]. Edição comemorativa bilíngue (1919-2019). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Olhar e memória**. In: O Olhar. Org. Adauto Novaes. São Paulo, Companhia das Letras: 1988.

GONÇALVES FILHO, J. M. **A memória da casa e a memória dos outros**. In: Travessia – revista do migrante. Publicação do CEM – Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B. Scalabrini) Ano XI, número 32, Setembro-Dezembro / 98.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Notas de orientação**. São Paulo, 2019.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Humilhação Social**: um problema político em Psicologia. Psicologia USP, São Paulo, v. 9, n.2, p. 11-67, 1998.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Problemas de Método em Psicologia Social**: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). Psicologia e compromisso social. 1ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 193-239.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Cultura e formação: notas marginais**. In Pensamento cruel. Humanidade e ciências humanas: há lugar para a psicologia? Maria Helena Silva Patto e João A. Frayze-Pereira (Orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Jean Laplanche, a omelete e o seio**. In: PINTO, Manuel da Costa (Org.). O livro de ouro da psicanálise. São Paulo: Ediouro, 2007b, p. 487-494.

GONÇALVES FILHO, J. M. A dominação racista: o passado presente. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.) **O racismo e o negro no brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Passagem para a Vila Joanisa** – uma introdução ao problema da humilhação social. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Memória e Sociedade**. Revista do Arquivo Municipal (São Paulo), São Paulo, v. 200, p. 15-63, 1991.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Humilhação social**: humilhação política. In: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.). Orientação à queixa escolar. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007a, p. 187-221.

IPEA. **Atlas da violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo: FBSP, 2021.

LEFORT, Claude. **O nome de um**. In La Boétie, E. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAPLANCHE, J. **Teoria da sedução generalizada e outros ensaios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LAPLANCHE, J. **Breve tratado do inconsciente**. *Psicanalítica*, Recife, v.5. n.5, p. 7-43, 1997.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 3ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

MASSOLA, G.; SVARTMAN, B. **Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental**. *Estud. psicol.*, Natal, v. 23, n. 3, p. 293-305, set. 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180028>>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 6ªed. N-1 edições: São Paulo, 2020a.

MBEMBE, A. **A crítica da razão negra**. 3ªed. N-1 edições: São Paulo, 2020b.

MINAYO, M. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23ed. Coleção Temas Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MUNANGA, K. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Movimento - Revista de educação. n12. 2005.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.) **O racismo e o negro no brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NANDY, A. **A imaginação emancipatória: desafios do século XXI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. Organização e revisão técnica: Lucia Rabello de Castro.

NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.) **O racismo e o negro no brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OXFAM. **A distância que nos une – Um retrato das Desigualdades Brasileiras**. 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf> Acesso em 06 de outubro de 2022.

PRASHAD, V. **A vida e o povo jamais nos decepcionam**. Brasil de fato. Junho de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/10/a-vida-e-o-povo-jamais-nos-decepcionam>>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

RESENDE, F.; AGRA, F. F. **Refúgio e colonização do futuro**: fronteiras erguidas nas palavras. Revista Comunicação e Sociedade. Vol. 38. 2020. Edição online. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cs/4235>. Acesso em 02 de dezembro de 2022.

ROSA, M. D. **Psicanálise, política e cultura**: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. Tese. (Livre docência). Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto, nem branco. Muito pelo contrário**. Cor e raça na sociabilidade brasileira. 7ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2020.

SVARTMAN, B. P.; GALEÃO-SILVA, L. G. (2016). **Comunidade e resistência à humilhação social**: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), xx-xx. doi: 10.15446/rcp.v25n2.51980.

VANNUCHI, M. B. C. C. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.) **O racismo e o negro no brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Bosi, E. (org.). 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEIL, S. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

WINNICOTT, D. **O Ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. (1971). **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

- 1) Ao iniciar a entrevista, frisar o fato de que quero ouvir *histórias*;
- 2) Durante a escuta do depoente, atentar-se aos começos, aos inícios; onde há estranhamento e adaptação;
- 3) Finalizar com o questionamento: considerando tudo o que conversamos, você acha que tinha raízes lá? E aqui, você acha que já criou raízes?

	ASSUNTOS / TEMAS	PERGUNTAS CAPAZES DE SUSCITAR MEMÓRIA
1. REALIDADE PREGRESSA	Família	Você passou a infância em que cidade? Onde você morava? E a sua juventude e vida adulta? Alguma lembrança marcante? Que memórias você tem da sua família? Alguma história inesquecível com eles?
	Casa / Bairro / Cidade	Que lembranças você tem da sua casa, do seu bairro? Como era sua vida lá?
	Trabalho	Com o quê você trabalhava? Trabalhar com isso foi uma escolha? Como foi esse processo?
	Religião	Você segue alguma religião? Que espaço isso ocupa na sua vida?
	Relacionamentos	Que memória você tem dos seus amigos? Namorou? Casou? Você tem lembranças marcantes disso? Gostaria de ouvir alguma história sobre isso.
	Cotidiano	O que você gostava de fazer na cidade para se divertir? Em que lugares você costumava ir?
	Cultura	Eu queria também saber um pouco sobre a comida da sua terra. O que vocês mais comem lá? Do que você mais gostava?

<p style="text-align: center;">2. SAÍDA E PERCURSO</p>	<p style="text-align: center;">Necessidade da saída</p> <p style="text-align: center;">Destino sonhado x Destino possível</p> <p style="text-align: center;">Trajeto</p>	<p style="text-align: center;">Em que momento você percebeu que precisava sair? Você lembra qual o fator decisivo da sua saída? Me conta um pouco essa história</p> <p style="text-align: center;">Por que o Brasil? Porque São Paulo? Vir pra cá foi uma escolha?</p> <p style="text-align: center;">Você lembra sua última visão do seu país? E como foi a sua vinda? Me conta como foi a viagem até aqui.</p>
<p style="text-align: center;">3. CHEGADA</p>	<p style="text-align: center;">Chegada</p> <p style="text-align: center;">Recepção</p>	<p style="text-align: center;">Que lembranças marcantes você tem da sua chegada ao Brasil? Lembra como foram os primeiros dias? O que aconteceu? Você veio direto pra São Paulo? Como foi a recepção por parte dos brasileiros? Como você se sentiu?</p>

4. NOVA REALIDADE	Família	<p>Você veio sozinho ou foi possível vir com a sua família? Como foi esse processo?</p> <p>Você escolheu o bairro em que você mora hoje? Você lembra sua chegada ao bairro, na primeira vez? Você pode me contar essa história?</p>
	Casa / Bairro / Cidade	<p>Como é lá no seu bairro? E a vizinhança? Você costuma aproveitar o bairro com as pessoas que moram por perto? Você fez amigos no bairro?</p> <p>E a sua casa? Onde você mora hoje? Me conta como foi pra achar a casa. Você divide a casa com mais pessoas? Me conta como é a rotina de vocês.</p>
	Relacionamentos	<p>A necessidade de refúgio afetou seus relacionamentos que ficaram?</p>
	Trabalho	<p>Você lembra como foi pra conseguir seu primeiro trabalho aqui no Brasil? É nesse mesmo trabalho que você está até hoje? Me conta o que foi marcante nesse processo.</p>
	Religião	<p>A religiosidade teve algum papel nesse processo? De que forma?</p>
	Cultura	<p>Como foi seu contato com a cultura brasileira? Você lembra a primeira vez que ouviu português? A primeira vez que comeu comida brasileira, escutou música brasileira e dançou uma música daqui? Tem algo específico da culinária do seu país que você não encontra aqui? Me conta um pouco...</p>
	Cotidiano	<p>Em que lugares você gosta de ir aqui em São Paulo? Você tem lembrança de algo da cidade que te marcou?</p> <p>Qual a situação mais marcante você tem da sua vida aqui? Da sua chegada até hoje...</p>